

MOVIMENTO

Revista da União Nacional dos Estudantes - UNE Nº 24 - abr//mai/jun - 2010

2011: PARA ONDE VAI O BRASIL?

Nestas eleições, o Brasil pode seguir dois caminhos opostos: o do desenvolvimento e conquistas sociais, ou o da estagnação da era neoliberal. A UNE reafirma o compromisso com o primeiro caminho e apresenta propostas para o avanço do país.



A Conferência Nacional
de Educação e um novo
Projeto de Brasil

Direito Autoral:
democratizar o acesso
aos bens culturais

QUEM ACREDITA EM SI MESMO

LINK



**O FIES MUDOU:
MAIS VANTAGENS,
MAIS FÁCIL DE PAGAR,
PARA VOCÊ FAZER O
CURSO QUE QUISER.**



PDE | FIES

Conheça as novidades do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – Fies

- Redução dos juros para 3,5% ao ano
- Prazo para quitação de 3 vezes a duração do curso
- Carência: 18 meses após a formatura
- Estudantes que se formarem em cursos de licenciatura e atuarem como professores da rede pública de educação básica e estudantes de medicina que atuarem como médicos do programa Saúde da Família poderão abater 1% da dívida para cada mês trabalhado
- Agora você pode fazer o seu financiamento em qualquer época do ano

O MERECE O NOSSO CRÉDITO.



PARA SABER MAIS E FAZER SUA INSCRIÇÃO: WWW.MEC.GOV.BR

CAIXA

 **BANCO DO BRASIL**

FNDE

Ministério
da Educação

 **BRASIL**
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL



Editorial

05. Mais luta e mobilização para fazer o Brasil avançar

Brasil

06. Movimentos Sociais e o novo projeto Brasil

12. Novos caminhos de uma velha luta

16. Haverá Vagas?



Internacional

20. Os próximos passos da integração



Educação

24. Nosso DNA marcado na CONAE

30. Cotas, uma afirmação da democracia



Cultura

36. Direito autoral em debate

39. O desafio de uma política cultural democrática



Movimento Estudantil

42. Campanha vitoriosa, uma jornada memorável

Sede nacional da UNE

Rua Vergueiro, 2485 – Vila Mariana – São Paulo – SP CEP: 04101-200 - Fone/fax: (11) 5574-7145

Praia do Flamengo, 132 - Rio de Janeiro - RJ

Sítio na Internet: www.une.org.br

A UNE é adepta do copyleft. Todas as matérias aqui publicadas podem ser livremente reproduzidas, desde que citada a fonte.



Expediente

A revista Movimento é uma publicação da União Nacional dos Estudantes, produzida com recursos da carteira de identificação estudantil.

Diretoria Executiva

Presidente

Augusto Chagas

Vice-Presidente

Tiago Ventura

1º Vice-Presidente

Sandino Patriota

2º Vice-Presidente

Bruno da Mata

3º Vice-Presidente

Tasso Brito

Secretário-Geral

Antonio da Silva

Tesoureiro Geral

Harlen Oliveira

1º Tesoureiro

Gabriel Pinto Cruz

Diretoa de Comunicação

André Vitral

1º Diretor de Comunicação

Vicente Siluzio

Diretor de Desporto Universitário

Emival Dalat

Diretora de Políticas Educacionais

Wallison Brandão

1º Diretor de Políticas Educacionais

Lais Gouveia

Diretor de Univ. Particulares

Joanna Parolli

Diretor Jurídico

Luis Felipe Maciel

Diretor de Cultura

Fellipe Redó

Diretor de Relações Internacionais

Daniel Iliescu

1º Diretor de Relações Internacionais

Lucelio de Moura

2º Diretor de Relações Internacionais

Renan Alencar

Diretor de Movimentos Sociais

Vitor Lucena

Diretora de Assuntos Institucionais

Marcela Rodrigues

Edição

Edição: Renata Mielli;

Textos: Renata Mielli, Daniele Moraes, Sandra Cruz; Claudio Yida; Fernando Damasceno e André Cintra.

Direção de Arte: Vandré Fernandes (Circus);

Ilustrações: Daniel Lopes (Circus);

Tiragem:

40 mil exemplares

Mais luta e mobilização para fazer o Brasil avançar

São em momentos como este, em que os rumos do Brasil estão sendo disputados por projetos políticos distintos, que a sociedade - particularmente os movimentos sociais - é chamada a assumir um papel decisivo. A mobilização do movimento sindical, estudantil e de todas as organizações da sociedade é indispensável para o avanço do Brasil.

Foram essas mobilizações que levaram há abertura de um ciclo político no país inédito e cheio de vitalidade. Fruto desse processo de intensa mobilização social, o Brasil está passando por transformações significativas: ampliação expressiva do emprego formal, criação de planos e metas para acelerar o desenvolvimento, aumento das vagas federais no ensino superior, mecanismos de democratização do acesso à universidade, políticas setoriais de combate à discriminação (mulheres, negros, índios, LGBT, entre outros), programas de geração renda e inserção social cidadã. E o Brasil tem ampliado tem aumentado sua autoridade no mundo.

Sem dúvida que estas conquistas não são suficientes para acabar com a miséria, as desigualdades regionais e tantos problemas sociais e econômicos que são seculares. Os banqueiros ainda gozam de lucros exorbitantes, a Reforma Agrária ainda é uma promessa, a política econômica ainda é conservadora, o país ainda convive com o monopólio nos meios de comunicação, a dependência tecnológica é grande. E para superar esses entraves é necessário mais luta e mobilização social. É deste lado que a UNE quer estar.

As descobertas de jazidas de petróleo da camada do pré-sal é uma das novidades que pode transformar esse sonho em realidade. Olhamos o futuro determinados a lutar para que o país siga este caminho e não retroceda à agenda neoliberal que marcou a década de 90. Junto com outras entidades do movimento social vamos apresentar à sociedade um projeto para o Brasil que será o ponto de partida para a nossa participação na disputa presidencial de outubro. No final de abril, durante o Conselho Nacional de Entidades Gerais da UNE, vamos atualizar o Projeto UNE Brasil, nossa contribuição a este processo.

Em 31 de maio a Assembleia dos Movimentos Sociais será o coroamento desse debate para a construção do Projeto Brasil. A realização da Conclat, que mobilizará os trabalhadores de todo o Brasil será outra etapa fundamental. A UNE convida a todas as entidades estudantis e todos os estudantes a se juntarem a nós nessa luta contra o retrocesso e pelo aprofundamento das mudanças.

Tenho certeza que faremos a nossa parte. Com disposição e combatividade a UNE mais uma vez ajudará a mudar o Brasil!

Boa leitura,

Augusto Chagas
Presidente da UNE





Movimentos Sociais

e o novo

Projeto Brasil

Em agosto de 2006, a revista *Movimento* publicou uma entrevista com as principais lideranças das organizações que compõem a Coordenação dos Movimentos Sociais resumindo os pontos essenciais do Projeto Brasil: uma plataforma de propostas para impulsionar as políticas de integração nacional e latino-americana, o desenvolvimento industrial, a geração de empregos, a expansão do Ensino Superior público, fomento a projetos culturais, ampliação de direitos e tantos outros pontos considerados fundamentais para contribuir com o avanço do Brasil.

Por Renata Mielli

Passados quatro anos, a CMS volta a se reunir para elaborar um novo Projeto Brasil, que aponte ao próximo governo as reivindicações dos movimentos sociais para aprofundar o processo de transformações iniciado em 2003.

Para elaborar esse novo projeto, as entidades fizeram uma avaliação profunda do Brasil de hoje, comparado ao Brasil da era neoliberal liderada por Fernando Henrique Cardoso. Para contribuir com esse debate, a UNE pautou para o seu Conselho Nacional de Entidades Gerais a discussão e aprovação da plataforma da UNE para o país. A proposta da UNE, ao lado das propostas das outras entidades, desenha o futuro que a CMS anseia em construir, com mais direitos, dignidade e soberania para o Brasil.

Com o objetivo de entender um pouco mais todo esse processo, *Movimento* voltou à Coordenação dos Movimentos Sociais para conversar com as entidades sobre o que mudou no Brasil e o que ainda precisa mudar e, também, como as organizações podem jogar um papel protagonista nestas mudanças que o Brasil ainda precisa promover.

Participaram do bate-papo com *Movimento*, Antônio Carlos Spis da CUT, Carlos Rogério Nunes da CTB, Edson França da UNEGRO, Rozina Conceição da UBM, Rubens Diniz do Cebrapaz, Alfredo Neto da CGTB e Joaquim do MST.



Como vocês veem o Brasil de hoje e de oito anos atrás? O que avançou e quais continuam sendo os principais gargalos para que o país avance mais?

Spis – Tanto o primeiro como o segundo mandato de Lula não têm precedentes na história brasileira. Foi o melhor governo que tivemos. Do ponto de vista do movimento sindical e social, houve uma humanização absurda. Até Fernando Henrique nós não éramos nem recebidos. E quando nos mobilizávamos, apanhávamos. Muitas pendências existem. Temos muitas críticas na área da comunicação, da democratização do acesso à terra e outros assuntos que estão pendentes ainda, mas muita coisa avançou, principalmente no quesito da inclusão social. Apesar da política econômica – que tem viés neoliberal, tem superávit primário, altas taxas de juros e que é um aspecto do governo criticado pela CMS – tivemos a inserção de mais de 15 milhões de pessoas que estavam na pobreza absoluta através de programas que ainda não têm aportes seguros na política econômica e no orçamento.



Rubens – Oito anos atrás, o Brasil tinha uma inserção internacional submissa aos interesses das grandes potências e os movimentos sociais discutiam a possibilidade de construir um projeto nacional autônomo e soberano. Essa proposta saiu vitoriosa. Naquele momento, o que tínhamos era a consolidação da Área de Livre Comércio das Américas – Alca. Oito anos depois, nós temos o avanço do Mercosul, a construção de espaços como a Unasul e a constituição da Celac.

E o Brasil, que optou nestes oito anos por não seguir as regras do Consenso de Washington – o programa do senhor Fernando Henrique Cardoso –, foi um dos países que conseguiu sair melhor dessa crise econômica internacional. Então, quando a gente debate esse cenário de oito anos atrás e fazemos o debate dos próximos anos, podemos pensar que é impossível construir um projeto de desenvolvimento nacional sem soberania. Essa é a discussão que está colocada para nós, se buscaremos avançar no rumo de um projeto de desenvolvimento com inserção soberana do Brasil, se tornando um dos principais atores internacionais, ou se voltaremos a um projeto de inserção subordinada, em que o Brasil responda aos interesses de outros atores internacionais em particular os Estados Unidos. No debate pré-eleitoral um tema que aparece com força nos meios de comunicação é a crítica contundente que a direita faz à política externa brasileira. Eles criticam que o Brasil vá ao Oriente Médio, que o Brasil faça uma aproximação maior com os países vizinhos e falam que o Brasil não deve se meter nos grandes temas internacionais. Defendem uma política isolacionista, que foi a política do Fernando Henrique. Quando o Lula fala com contundência sobre a situação de Cuba, quando defende a Revolução Cubana e a constituição de um Estado Palestino, ele está abordando temas que chocam grandes interesses. Por isso, estes oito anos de um projeto de fortalecimento da soberania do Brasil tiveram impacto no cenário internacional. Emergiram novos pólos de poder no mundo

e um desses pólos em fase de consolidação é o Brasil. Essa mudança deve beneficiar a nossa população, ele deve contribuir para romper com as assimetrias e desigualdades que nós temos.

Edson França – Esses últimos oito anos foram de grandes avanços no Brasil. O Lula assumiu um país marcado por uma década de neoliberalismo. Nos Estados Unidos, o presidente Bush conduzia uma das gestões mais reacionárias daquele país, que tinha forte impacto no Brasil. Lula foi obrigado a fazer a carta aos brasileiros, que foi uma pressão, uma chantagem dos grandes impérios e ainda assim ele conseguiu um governo positivo, voltado para as questões sociais e que teve mais diálogo com o povo. Os movimentos sociais tiveram várias formas de participação, com destaque para as conferências setoriais que foram um palco de diálogo, de democracia participativa. Apesar disso, o país tem ainda muito o que avançar. O Lula vai entregar o país para o próximo governo em condições bastante favoráveis, um país com mais recursos, com uma política externa ativa, que deixa os brasileiros orgulhosos. Olhando pelo aspecto do movimento negro, que participa da CMS, para nós o governo Lula tem sido o melhor que o país já teve. Avançou muito nas políticas de igualdade racial, criou políticas para o ingresso de negros na universidade, como o ProUni que colocou 250 mil negros nas universidades em sua maioria com bolsa integral. Isso é uma revolução silenciosa. A presença de pobres na universidade permite uma produção cultural com um olhar diferenciado sobre o país e sobre o mundo e a sociedade

tem muito a ganhar com essa diversidade. No governo Lula conseguimos criar, em cerca de 500 municípios, um órgão de igualdade racial. Essa é uma rede que não se encontra em nenhum outro lugar do mundo. Agora, nós queremos mais.

Rosina Conceição – Avaliando o governo do ponto de vista da relação que ele teve com os movimentos sociais houve um avanço muito grande. Muitas das nossas reivindicações viraram políticas públicas. Mas é óbvio que não foi resolvido tudo. Principalmente na área econômica, onde ainda existe muita desigualdade, os bancos ainda têm lucros altíssimos, falta distribuição de renda, isso precisa ser revisto. Agora não tenho dúvida de que avançamos muito. No caso das políticas para as mulheres, a constituição de uma secretaria com status de ministério permitiu muitos avanços. Temos ainda que conquistar muitas coisas, como a luta pela legalização do aborto. Infelizmente a Igreja ainda tem um papel muito forte o que acaba impedindo maiores avanços nessa questão. Esperamos que o próximo governo dê continuidade a essa interlocução. Não podemos seguir um caminho de retrocesso para o país, esse é o grande papel dos movimentos sociais. Não podemos retroceder.

Alfredo Neto – Antes, nós tínhamos um governo neoliberal que foi derrotado pela luta do povo. Aquela política neoliberal estava acabando com o Estado brasileiro e foi substituída por uma política nova, que trouxe esperança para o povo. Conseguimos barrar o processo de privatizações, que era uma sangria muito dura para o





Brasil. O governo FHC entregou o patrimônio brasileiro, mas o fez sem o consentimento do povo, que repudiava aquela ação. Com a vitória do Lula, que é a vitória do povo brasileiro, passamos a colocar para o mundo que somos uma nação. Isso fez com que os outros países passassem a respeitar a nação brasileira. Isso mexeu com os brios de muita gente. Eles tiveram que aceitar um governo popular que trouxe muitos avanços e vitórias. Na área sindical, a principal questão foi a legalização das centrais sindicais, em outro governo isso não seria possível. Foi um avanço para a classe trabalhadora conquistado com muita luta. Isso permite que hoje estejamos unidos nas lutas pela valorização do salário mínimo, da redução da jornada de trabalho. Tivemos muito avanços na área social e ainda um conservadorismo na área econômica. Mas é bom lembrar que algumas coisas foram importantes, como a política de ampliação do crédito, decisiva para passarmos pela crise econômica. Também os investimentos que foram reforçados pelo PAC 1 e PAC 2 e retirar o IPI de alguns segmentos da economia nos permitiu superar a crise e ter a perspectiva de crescimento econômico para 2010 da ordem de 5%. O pré-sal vai gerar recursos para a área social. Alguns dizem que podemos chegar a 300 milhões de barris de petróleo que serão revertidos para o crescimento do país. O que está colocado para o futuro é manter o Brasil nesse rumo. Claro que não estamos com tudo resolvido. Principalmente na política monetária, mantendo o Banco Central sob a tutela da direita. Na questão do BNDES, tivemos que discutir que era



preciso haver investimento para as micro e pequenas empresas, já que são elas que geram emprego para o povo brasileiro.

Joaquim – A nossa avaliação, enquanto movimento social que atua na luta pela reforma agrária, é de que tivemos algumas dificuldades para obter avanços maiores. No quesito da reforma agrária o governo ainda deixou muito a desejar. Agora pensando para frente, eu acho que estamos vivendo uma conjuntura importante no país e na América latina. Pensar o Brasil sem estar com o olhar voltado para a situação dos países do continente é pensar o Brasil de forma equivocada. Eu acho que estamos num período interessante. Houve, nos últimos 10 anos, a eleição de governos progressistas no continente, e isso é reflexo do processo de luta dos movimentos sociais e que teve como mote principal a luta contra o neoliberalismo, que trouxe graves consequências para a classe trabalhadora.

Qual o papel da CMS no cenário da disputa eleitoral de 2010?

Rogério – O papel da CMS é o de mobilizar as entidades para obtermos mais conquistas. A CMS reúne essas organizações para construir a unidade em torno de um projeto político e que o governo do presidente Lula tem executado, não na sua integralidade, mas já é diferente da política que havia em outros governos. Precisamos ter mais mobilização, por isso estamos investindo na realização da Assembleia dos Movimentos Sociais, para fazer com que as entidades assumam o projeto Brasil como a bandeira de reivindicação para evitar que tenhamos um retrocesso no país.

Rubens - Quando a CMS apresenta o Projeto Brasil, ela busca que os movimentos sociais sejam um ator político importante nesse projeto de disputa. Como nós fazemos o país avançar em áreas como a luta pela Terra, a luta contra a política macroeconômica – que agora ameaça elevar os juros indo contra os interesses do país, que pratica uma política cambial com o dólar altamente valorizado, o que gera riscos para a desindustrialização do país. Então, os movimentos sociais precisam fazer, em torno dos eixos centrais dessa plataforma, a luta pelo desenvolvimento, que está indissociada da luta pela emancipação nacional, da defesa da soberania e de nossos interesses. Isso passa pela definição da política para o petróleo, para o uso das riquezas ambientais, a forma como nos relacionamos com os países vizinhos e como defendemos nossos interesses em nível nacional. Nós acreditamos que o Brasil deve fortalecer ainda mais seu papel internacional, fortalecer a sua soberania e precisa ampliar o seu projeto de desenvolvimento para ajudar a romper as desigualdades tão fortes do nosso país.

Edson – Temos condições de melhorar a qualidade do desenvolvimento do Brasil. Hoje, a exportação brasileira está muito concentrada em agricultura e em algumas commodities. Temos que agregar mais valor aos nossos produtos, temos que melhorar a distribuição de renda, o pré-sal pode gerar investimentos para as áreas sociais, em pesquisa científica, em educação. O Brasil também precisa investir mais nas suas forças armadas para melhorar

os mecanismos de defesa nacional e mais políticas sociais.

Joaquim - Nós estamos no momento onde está colocada a possibilidade de termos um avanço maior, onde os governos possam fazer transformações mais estruturais no país, mas temos que ter muito cuidado com a possibilidade de retrocesso. Estamos vendo a articulação de setores reacionários aliados da política externa dos EUA. Estamos vendo a militarização do continente, a reativação da 4ª Frota, colocando em risco a soberania dos países e a paz no continente. Também vemos o governo dos Estados Unidos que agora age de uma forma mais sutil. Vimos isso em Honduras, estamos vendo no Haiti. Estamos percebendo cada vez mais essa ofensiva, contra Cuba, Venezuela, Bolívia e Equador. E olhando para o Brasil, vemos que os movimentos sociais têm o desafio muito grande de construir bandeiras de lutas comuns para enfrentar os dilemas do próximo período e apresentar as nossas propostas que são inegociáveis. Nosso lema é nenhuma conquista a menos. Temos que avançar nesse processo para não retroceder.

Spis – Nós precisamos concluir logo esse Projeto Brasil, porque eu não quero discutir candidato, eu quero discutir qual o projeto dos movimentos sociais para o Brasil e que não necessariamente é o mesmo do governo. Por isso, eu acho que a CMS acertou em construir essa plataforma do movimento social e popular que será concluído em 31 de maio para depois discutir com o povo. Nós vamos para a sociedade discutir esse projeto.



Novos caminhos de uma velha luta

Ainda muito aquém das necessidades, a reforma agrária no Brasil enfrenta desafios e adversários remodelados, mas mantém a base de luta na mobilização de massas.

Por Cláudio Yida





Começo de noite na cidade de São Paulo e cerca de 50 alunos de Jornalismo se preparam para uma palestra com João Pedro Stédile. A pauta do encontro pretende motivar jovens universitários dos cursos de Comunicação a conhecer o outro lado da moeda, independentemente de qual seja essa moeda. Ao microfone, o representante mais conhecido da mobilização incansável no combate ao latifúndio do Brasil. Falar de reforma agrária atualmente é quase como falar do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. No entanto, antes que os estudantes incorressem nesse erro, Stédile é rápido em alertar: “o Brasil tem mais de 40 movimentos sociais que lutam pela reforma agrária, só que para a imprensa tudo é sem-terra. Os jornalistas não têm a mínima vontade profissional de, pelos menos, entender que tipo de movimento é.” Essa foi a toada do encontro e essa parece ser uma das estratégias que os movimentos sociais do campo estão adotando

para o futuro próximo: disseminar informação e quebrar preconceitos.

Ao longo dos mais de 25 anos de MST, muitos alicerces ideológicos foram se modificando, principalmente por conta dos processos históricos e econômicos pelos quais o Brasil passou. Algumas coisas, entretanto, não mudam. De acordo com o 2º Plano Nacional de Reforma Agrária, elaborado em 2003, o país possui 120 milhões de hectares improdutivos, concentrados em apenas 54 mil propriedades – outros 130 milhões são consideradas terras devolutas –, ao mesmo tempo em que 4 milhões de famílias não têm seu pedaço de chão para trabalhar. Outro fator imutável são as sucessivas perdas de oportunidade por parte dos diversos governos para a realização de uma reforma agrária profunda, o que faz com que os protestos ainda sejam a principal garantia de implementação dos assentamentos.

“Alerto, porém, que assentamento

não é reforma agrária, eles só resolvem um problema local. Tanto que, embora nós tenhamos conquistado terras para assentar mais de 400 mil famílias, isso não influenciou na desconcentração da propriedade da terra”, afirma Stédile, cuja opinião é corroborada por um dado expressivo: 80% dos assentamentos realizados nos últimos 10 anos ocorreram por conta das ocupações. Assim, nenhum movimento social seria inábil e irresponsável o suficiente para deixar de lado as manifestações, um dos pilares da luta pela reforma agrária. Por outro lado, a timidez com que o combate ao latifúndio vem sendo tratado obriga a criação variações na estratégia de mobilização.

O grande objetivo das organizações que empunham a bandeira da reforma agrária para os novos tempos está na adaptação à agenda pública de debates, incorporando novas temáticas e

agregando valores e pessoas em torno da redistribuição de terra.

Uma rede pela reforma

Nesse contexto, surgiu em 2010 a Rede de Comunicadores pela Reforma Agrária, um conjunto de profissionais da comunicação que se organizou a fim de esclarecer a população e disseminar materiais sobre assuntos relativos ao tema. Segundo Igor Felipe Santos, assessor de imprensa do MST, “a rede é aberta a todos os comunicadores, sejam eles blogueiros, radialistas de emissoras comunitárias, articulistas de jornais universitários. A intenção é amplificar a produção de conteúdo, que não deve depender só de dados oriundos do MST”. Composto por quatro grupos de trabalho – Raio-X do campo e impactos do agronegócio, Reforma agrária e desenvolvimento, Criminalização e CPMI e Eu apoio a reforma agrária -, o blog quer ainda ser o contraponto à versão oficial dos meios de comunicação de massa, que em geral tratam os membros dos movimentos sociais como vândalos.

É por meio dessa rede, por exemplo, que a mobilização pela reforma agrária poderá desfazer mal-entendidos como o recente protesto contra a Cutrale, realizado nas cidades de Iaras, Lençóis Paulista e Borebi, no interior de São Paulo. Trabalhadores rurais ocuparam uma fazenda que, na verdade, eram terras da União invadidas pela empresa. Conforme

o script, o tratamento dado pela mídia tradicional distorceu os fatos, ignorando a questão da invasão de terra pública e até manipulou números quanto à área ocupada. Somente nos desdobramentos da cobertura, com blogs e columnistas independentes indo a campo para escutar o outro lado da notícia, é que veio à tona a ilegalidade da fazenda da Cutrale. O processo todo foi ainda mais positivo por ter revelado a verdadeira face do inimigo atual: a retomada da concentração de terras por conta do modelo de agronegócio adotado pela política neoliberal de produção.

Se desde a primeira Lei de Terras, datada de 1850, a posse estava ligada às ricas oligarquias brasileiras, o formato familiar foi substituído, a partir da década de 1990, pelo controle transnacional. Atuando na contramão da reforma agrária, o agronegócio só funciona se tiver a seu dispor grandes quantidades de terra e com foco na monocultura para exportação, dominada por meia dúzia de corporações quase sempre estrangeiras. Por

conta da lei Kandir, nenhuma delas paga ICMS. Mais ainda,



não recolhem Imposto de Renda, por ter sede em outro país, e agregam quase nenhum valor à economia brasileira por gerar poucos empregos e apresentar produtividade muito inferior a dos assentamentos.

Números comparativos do MST apontam que 1 hectare do agronegócio gera uma renda interna de R\$368, contra R\$677 na mesma área da agricultura familiar. Quanto à absorção de mão-de-obra, as empresas criam dois postos de trabalho para cada 100 hectares, contra 15 postos do modelo familiar. Finalmente, 70% dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros têm origem na pequena propriedade. Ainda assim, o Plano Safra do Ministério da Agricultura prevê um montante de R\$93 bilhões no biênio 2009/2010 para agronegócio, em contraposição aos R\$15 bilhões da agricultura camponesa.

A CPI contra a reforma

Em meio a tantas contradições do agronegócio, é curioso perceber a parca divulgação de informações que certamente serviriam como ponto de partida para uma profunda revisão do modelo agrícola no Brasil. E a cada tentativa de manifestação dos movimentos sociais, os defensores desse modelo de produção utilizam todos os seus instrumentos de resposta disponíveis (como a imprensa e o Poder Legislativo) para criminalizar tais manifestações. A comprovação pôde ser notada no próprio caso da Cutrale, o estopim para a criação de uma nova CPI contra o MST. João Pedro Stédile concorda: “Não há na história do Legislativo brasileiro um movimento que tenha sofrido tanta perseguição. Em oito anos, respondemos a 3 CPIs.” Nesse jogo de poderes, vale citar também a atualização do Índice de Produtividade Agropecuária,

anunciada pelo presidente Lula em agosto de 2009 e motivo de grita para a bancada ruralista no Congresso Nacional, ainda que os índices mínimos influenciariam apenas 369 dos 4.842 municípios envolvidos nas questões da produção rural.

Notadamente, a necessidade de enfrentamento à estrutura contrária à reforma agrária levou o trabalho comunicacional dos movimentos sociais para além das reuniões, assembléias e informativos internos para militantes. Todos eles passaram a focar a formação educacional de base, assim como a preparação técnica dos trabalhadores no manuseio da terra. Mais ainda, ganharam posição de destaque outras temáticas que podem servir como porta de entrada das organizações em discussões além da questão agrária, como a sustentabilidade ecológica. Stédile volta sua mira novamente ao agronegócio para denunciar algumas transformações graves que o modelo está imprimindo nos ecossistemas de plantio. Segundo ele, há estudos da UNESP feitos na região de Ribeirão Preto, cidade dominada pelo monocultivo da cana-de-açúcar, que apontam dois problemas significativos. O primeiro é o aumento da temperatura média em 3°C nos últimos 30 anos; o segundo é o esgotamento do lençol freático que abastece o município por conta do alto consumo de água da cana. Já nas regiões da soja, o vilão é o agrotóxico, que contaminou algumas fontes de água subterrânea.

Porém, enfiar o dedo nas feridas pressupõe apontar soluções. Junto da Via Campesina, o MST participou da Conferência Mundial dos Povos sobre Alterações Climáticas e os Direitos da Mãe Terra, que aconteceu entre os dias 20 e 22 de abril em Cochabamba. “Iremos tratar das mudanças climáticas e a possibilidade

de obter uma sociedade mais justa sob o padrão de consumo vigente. Tentaremos introduzir e aprovar uma proposta de se proibir todas as bases militares no exterior, revertendo esse dinheiro em verba para políticas de preservação ambiental”, disse antes de embarcar para o evento. Ainda na integração às causas em pauta, o MST anunciou uma parceria com o governo haitiano e enviará 26 militantes ao Haiti para implementar técnicas de reprodução de semente, introduzir a tecnologia de cisternas feitas de polietileno (adquiridas junto à administração estadual da Bahia) e iniciar um processo de reflorestamento, substituindo o carvão vegetal pelo gás. Ao mesmo tempo, os sem-terra irão receber no Brasil uma comitiva de 150 jovens haitianos, que ficarão durante um ano e meio por aqui aprendendo técnicas agrícolas.

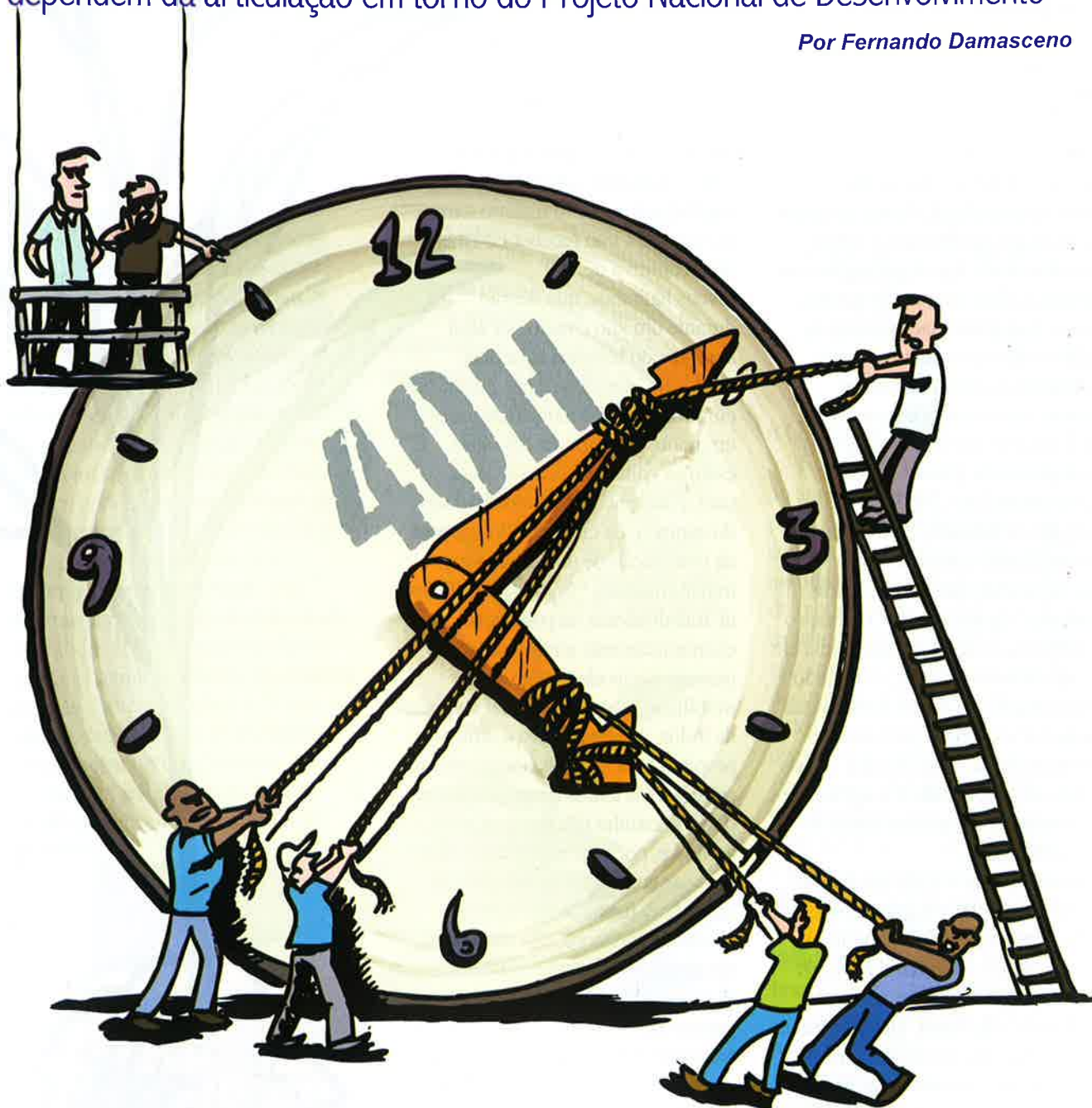
Assim, percebe-se nas iniciativas em prol da redistribuição de terras um ponto em comum. Os olhos estão se voltando cada vez mais para a integração dos trabalhadores do campo e da cidade, tudo em prol da construção de uma nova força transformadora. “Somos 80 milhões de trabalhadores na população economicamente ativa e são essas pessoas que podem, com suas mobilizações e lutas, mudar a situação de todos. Aí seria criado o ambiente propício para avançarmos na reforma agrária. Nós temos consciência que o MST sozinho não faz a reforma agrária e, por isso, procuramos fazer alianças com todos os setores que, de alguma forma, representam a classe trabalhadora, seja sindicatos operários, movimentos populares, os movimentos da juventude que passou no vestibular pelo ProUni. Nós queremos construir aliados em todos os sentidos do trabalho”, conclui Stédile.



HAVERÁ VAGAS?

Governo Lula obtém avanços na geração de empregos, mas novas conquistas dependem da articulação em torno do Projeto Nacional de Desenvolvimento

Por Fernando Damasceno



O ano era 2002. Luiz Inácio Lula da Silva, então candidato pela quarta vez à Presidência da República, teria prometido, durante a campanha, a criação de dez milhões de empregos para o Brasil, caso fosse eleito. “A geração de empregos será uma obsessão do meu governo”, costumava dizer. À época, o país contabilizava 12,6% de desempregados, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Durante os dois primeiros anos de seu mandato, fase marcada pelas grandes dificuldades herdadas do governo anterior, Lula chegou a comentar que nunca prometera tantos empregos. “Todo mundo distorceu isso. O que o presidente Lula disse, no passado, é que havia a necessidade de se criar dez milhões de empregos”, explicou, em 2004, Guido Mantega, então ministro do Planejamento e hoje ministro da Fazenda.

A necessidade, no entanto, se confirmou, com certa folga (ver box na página XY). Mas, junto dela, vê-se hoje que o Brasil precisa de muito mais empregos do que os dez milhões citados na campanha eleitoral de 2002. O ano de 2009 se encerrou com 8,1% de desempregados, dado que, em números reais, equivale a cerca de 1,9 milhão de pessoas, de acordo com o IBGE.

Alicerces prontos

Lula deve terminar seu governo com índices recordes de popularidade, graças a

boas políticas aplicadas em diferentes áreas. Seu maior mérito, no entanto, pode vir a ser reconhecido apenas no futuro, talvez daqui a algumas gerações. Trata-se da construção dos alicerces necessários para que o Brasil finalmente tenha, depois de duas décadas perdidas (1980 e 1990), um Novo Projeto Nacional de Desenvolvimento.

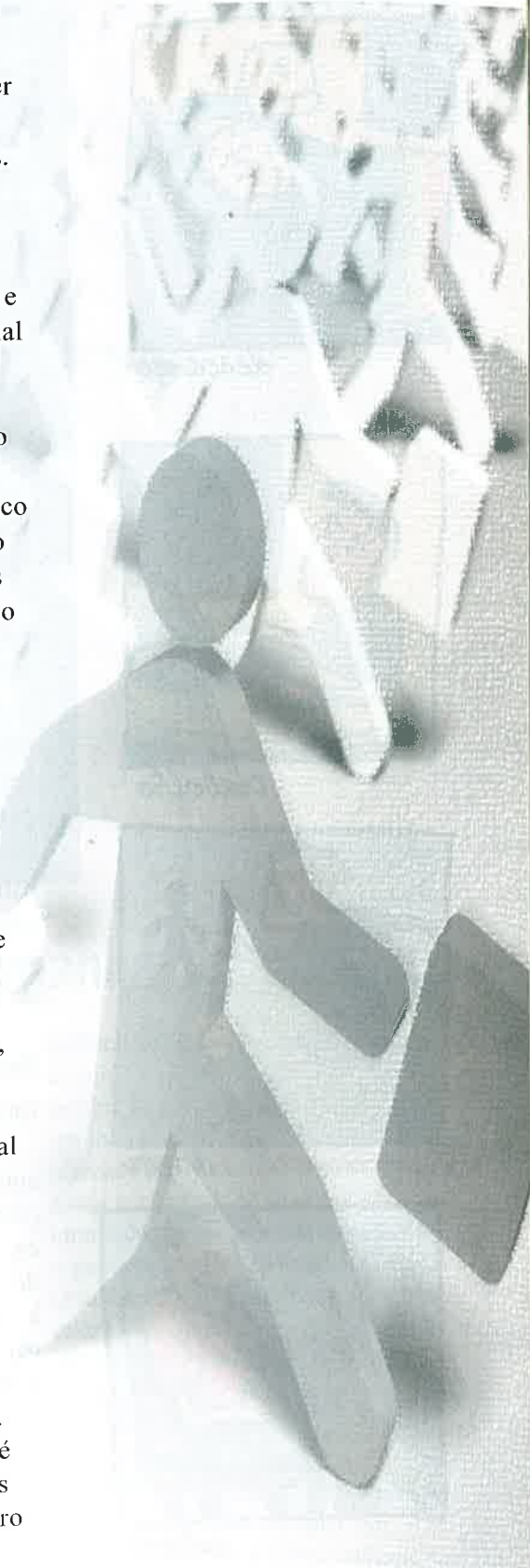
O NPND, como vem sendo chamado o projeto, é estratégico para que o Brasil ascenda a um novo patamar político, econômico e social no século 21. O número de desempregados e os diversos problemas do mundo do trabalho são apenas um dos setores que demandam novas ações dos futuros governos.

A situação da juventude

O ano de 2010 marca o auge da representação juvenil na pirâmide etária brasileira. O país tem cerca de 51 milhões de cidadãos com idade entre 16 e 29 anos — 25% da população nacional — e, segundo o IBGE, metade dos desempregados pertence a esse nicho.

O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), por meio do estudo Trajetórias da Juventude nos Mercados de Trabalho Metropolitanos, tenta discutir com a sociedade as dificuldades enfrentadas pelos jovens no mercado de trabalho.

Segundo o levantamento, até meados dos anos 1990 questões ligadas à dificuldade do primeiro emprego — como a falta de



mais tempo...



descanso



trabalho



lazer



estudo

experiência — e a transição de uma sociedade rural para urbana eram consideradas o principal problema a ser enfrentado. “Gradativamente, contudo, a ocupação juvenil e a qualidade do emprego, associadas à exclusão de parcela importante dos jovens do sistema educacional, foram inseridas na pauta de gestores de políticas públicas, que têm buscado entender e intervir sobre essa realidade”, diz o texto.

Além de representar o maior nicho de desempregados no Brasil, os jovens também se deparam, na prática, com outro tipo de problema. Mesmo quando empregados, seus salários são inferiores. “Um adolescente ganhava, em média, 50% do que um jovem adulto recebia em 2007 nas regiões metropolitanas do país”, relata o trabalho do Dieese. Esse quadro, segundo o mesmo estudo, se torna ainda mais preocupante entre as mulheres e os negros em seus primeiros anos de atividade profissional.

Redução da jornada, qualificação e rotatividade

O movimento sindical também entende que o Brasil está pronto para evoluir em diversos setores, em consonância ao NPND. Diante desse cenário, uma das principais bandeiras de luta na atualidade é a campanha pela redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais — quatro a menos do que a atual legislação determina.

O Dieese estima que a redução da jornada será capaz de criar em todo o país cerca de 2,5 milhões

de novas vagas — sendo que cerca de 500 mil seriam absorvidas pela população de até 24 anos. Atualmente a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) tramita no Congresso Nacional, recebendo pressão tanto das centrais sindicais quanto do empresariado.

O secretário da Juventude Trabalhadora da CTB, Paulo Vinicius Santos da Silva, vê como fundamental para o país a aprovação das 40 horas. “A redução pode assegurar ao jovem a possibilidade de continuar estudando e se qualificar mais, além de dispor mais tempo para práticas familiares e o lazer”, afirma.

A CUT, por meio de sua secretária nacional de Juventude, Rosana Sousa, também destaca a questão da qualificação como um avanço a ser conquistado pela redução da jornada. Ela adiciona ao debate, no entanto, o problema da rotatividade existente em muitas empresas. “Sempre que existe a modificação de determinado quadro de funcionários, o jovem é costuma ser o primeiro a ser demitido”, lamenta.

Apesar da crise econômica mundial, ao longo de 2009 o Brasil criou cerca de um milhão de postos de trabalho. Esse dado, no entanto, mascara o fato de que cerca de dez milhões de trabalhadores foram demitidos no mesmo período. No ano anterior, de acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 49% de toda a rotatividade atingiu cidadãos com idade inferior a 30 anos e menos escolaridade.

Conclat será prova de força do movimento sindical

Uma decisão histórica. Assim vem sendo chamada a iniciativa das centrais sindicais do país de realizar, em 1º de junho, a nova edição da Conclat, a Conferência Nacional da Classe Trabalhadora.

A ideia do movimento sindical é reunir em São Paulo, às vésperas do início da campanha eleitoral deste ano, mais de 30 mil pessoas num evento grandioso, cuja principal finalidade será unificar as políticas defendidas pelas centrais, além de apresentar para a sociedade um documento com o modelo de desenvolvimento defendido pelos trabalhadores.

A redução da jornada de trabalho para 40 horas é um dos pontos principais desse documento, que será encaminhado a todos os candidatos à Presidência da República. Segundo Wagner Gomes, por meio da Conclat os trabalhadores poderão ter influência direta na sucessão presidencial. "Defendemos um projeto de nação, fundado na valorização do trabalho e numa distribuição mais justa da renda nacional. Estou convencido de que o fato de as centrais sindicais redigirem esse documento é um acontecimento histórico, pois por meio dele iremos participar ativamente da disputa eleitoral de 2010, com a classe unida e a opinião dos trabalhadores muito bem definida. Isso é motivo de comemoração, é um grande feito político", explicou.

Geração de empregos: governo Lula ganha de goleada

Um dado deixa claro que qualquer comparação sobre a criação de empregos no Brasil durante os governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) beira a covardia. O placar mostra 780 mil novas vagas para o tucano, contra 12 milhões (até o fim de 2009) para o atual presidente.

Os defensores de FHC dizem, na tentativa de minimizar esse fracasso, que o Brasil sofreu com três crises internacionais durante seu governo. Lula, no entanto, enfrentou em 2009 a maior tragédia econômica mundial das últimas sete décadas. Graças a

uma política ousada, de estímulo ao consumo interno e fortalecimento das ações estatais, o país foi um dos últimos a sentir seus efeitos e um dos primeiros a se recuperar em todo o planeta.

A análise do número de empregos gerados pelos dois governos também desmonta outra tese: a de que Lula simplesmente deu continuidade à política econômica de FHC. A prova definitiva das diferenças entre os dois períodos ficou latente durante a recente crise mundial.

Pela primeira vez em ao menos 20 anos, o Brasil não repetiu as

políticas que anteriormente adotava diante de crises. Nesse período, sempre houve um *modus operandi* em meio às dificuldades: a aposta no mercado externo. "Isso aumentava nossa subordinação às decisões internacionais. Em todas as crises o governo aumentou impostos, reduziu os gastos públicos, arrochou salários e não ampliou as políticas que atendem a base da pirâmide social. De outubro do ano passado para cá o governo do presidente Lula não repetiu essas medidas, pelo contrário", explica Marcio Pochmann, presidente Ipea, em recente entrevista à *Caros Amigos*.

Os próximos passos da **integração**

Depois da criação da Celac, o que falta para aprofundar o processo de emancipação do continente latino-americano e caribenho?

Por André Cintra



Tordesilhas, Castela, 7 de junho de 1494. As Coroas portuguesas e espanholas assinam um célebre acordo, o Tratado de Tordesilhas, que divide entre os dois reinos as terras estrangeiras “descobertas e por descobrir”. O efeito mais imediato é a exploração do “Novo Mundo” — o continente americano —, ao qual a frota comandada pelo genovês Cristóvão Colombo, a serviço da Espanha, alcançara fazia apenas 20 meses, nos marcos da expansão marítima. À base da força e durante os três séculos seguintes, as potências europeias dizimam e subjagam as populações nativas, alastram o modo de produção escravista (com mão-de-obra sobretudo africana) e espoliam as riquezas naturais.

Washington, Estados Unidos, 2 de dezembro de 1823. Em discurso no Congresso, o quinto presidente americano, James Monroe, reage à ofensiva da Santa Aliança (Áustria, Prússia, e Rússia), exige o fim do intervencionismo europeu na região e anuncia o pan-americanismo. Sintetizada na sentença “a América para os americanos”, a Doutrina Monroe se torna o marco inaugural da liderança dos Estados Unidos no continente — depois reforçadas por medidas como o Corolário Roosevelt (1904) e a Política da Boa Vizinhança (1933).

Cancun, México, 23 de fevereiro de 2010. Governantes de toda a América Latina se unem para instituir seu próprio bloco, sem a ingerência dos Estados Unidos ou das antigas metrópoles. Trata-se da Celac (Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos), que reúne os 33 países da região — todas as nações da América que já foram colônias de exploração. Provável golpe de morte para a OEA (Organizações dos Estados Americanos), a Celac é a mais perfeita tradução de um período favorável à integração regional. Até mesmo países alinhados à Casa Branca, como a Colômbia e o México, passaram por cima das divergências e aderiram ao bloco.

Depois de viver por 500 anos sob odiosa dominação, a América Latina atravessa a fase mais promissora de sua trajetória. A própria criação da Celac é fruto de um momento histórico em que o continente rebelde resiste às ofensivas imperialistas e ainda se arrisca a uma série de iniciativas no sentido da integração soberana.

“Resistimos à tentação do protecionismo, de modo que nosso intercâmbio comercial já recuperou os níveis pré-crise”, comemorou em abril o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, destacando a integração sul-americana. “Nossa

inserção no mundo globalizado será mais competitiva e sustentável por meio de uma América do Sul unida, democrática e socialmente justa. Não nos interessa sermos ilhas de prosperidade num oceano de insatisfação e frustração.”

Tanto na América do Sul quanto nas outras partes latinas do continente, essa conjuntura decorre da ascensão de governantes contra-hegemônicos, de feições democrático-populares. Tudo teve início em 1998, quando Hugo Chávez, um oficial militar de carreira, venceu a disputa à Presidência da Venezuela e proclamou a Revolução Bolivariana. Outras lideranças progressistas da região chegariam ao poder mais tarde, em países como Brasil, Bolívia, Equador, Nicarágua, Paraguai, El Salvador e Uruguai. Suas diretrizes incluem compromissos explícitos com a democracia, a igualdade social, o projeto nacional de desenvolvimento, a soberania e a integração latino-americana.

Economia, o ponto frágil

Em entrevistas recentes, dois intelectuais marxistas — o brasileiro Emir Sader e o português Boaventura de Sousa Santos — concordaram que os avanços da América Latina se concentram nas

áreas política e social. O maior desafio da vez, segundo ambos, é enfrentar o sistema financeiro e consolidar uma integração também econômica. “Vejo um cenário dominado pela maior quantidade de governos progressistas como nunca antes havia no continente”, resume Emir Sader, em entrevista à revista *Visão Classista*, da CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil).

“As forças antineoliberais avançaram nas linhas de maior fragilidade do neoliberalismo, de menos resistência: integração regional no lugar dos Tratados de Livre-Comércio e prioridade das políticas sociais no lugar da prioridade dos ajustes fiscais”, declara Sader. “Mas o neoliberalismo manteve elementos de força, principalmente a hegemonia do capital financeiro e o monopólio da mídia privada. É a partir desses dois elementos que buscam recuperar iniciativa.”

E como sanar essas vulnerabilidades? Na opinião de Sader, é preciso “avançar muito na construção de um novo bloco de força que conduza a nossos países, deslocando a hegemonia do capital financeiro em favor das forças produtivas na economia”. Ele também propõe “a criação de uma moeda única regional, fortalecendo o Banco do Sul, ampliando o marco dos processos de integração para a educação, a tecnologia, a mídia, entre tantos outros”.

Para Boaventura, um dos problemas mais graves da integração é que a esquerda ficou

“desarmada”, ao comprar “as teses neoliberais” nos últimos 20 anos. Entrevistado em março pela revista *Caros Amigos*, o sociólogo português foi direto: “Aquele esquerda que tem a pretensão de chegar ao governo em muitos países — com exceção de alguns países do continente, como Equador, Bolívia ou Venezuela — acabou por aceitar que o mercado é um princípio de eficiência fundamental, que é melhor que o Estado, que a desregulação é importante, que a iniciativa privada é importante”.

O papel da Celac

Boaventura pode até não estar errado, mas a bandeira da integração é uma causa que extrapola as ideologias dominantes nos países. Há uma percepção geral de que o conjunto da América Latina precisa se integrar para ter mais força na comunidade internacional. Foi esse ponto que motivou a formação da Celac, não obstante a presença tanto de um presidente como Chávez, que prega “o socialismo do século 21”, quanto de Álvaro Uribe, que se sujeita à “guerra preventiva” dos Estados Unidos e permite até a instalação de bases militares em seu território.

A Declaração de Cancun, certidão de nascimento da Celac, revela o objetivo de “aprofundar a integração política, econômica, social e cultural de nossa região e estabelecer compromissos efetivos de ação conjunta para a promoção do desenvolvimento

sustentável da América Latina e do Caribe com base na unidade, democracia, respeito irrestrito aos direitos humanos, solidariedade, cooperação, complementariedade e coordenação política”. Está marcada para Caracas, em julho de 2011, a próxima cúpula dos países latino-americanos.

Um dos desafios da Celac é saber se diferenciar de organismos multilaterais da região, como a Alba (Alternativa Bolivariana para as Américas) e a Unasul (União de Nações Sul-Americanas), sem esvaziar nenhuma delas. Para Emir Sader, a Unasul “é um espaço de integração política de todos os países da América do Sul”. De sua atuação decorreu o Conselho Sul-Americano de Defesa, “que representa um projeto de resolução dos conflitos regionais pelos próprios países do continente, sem a participação dos Estados Unidos”. Na opinião do sociólogo, a Alba é a experiência “mais avançada”, na medida em que cria “espaços de intercâmbio e apoio entre os países que a integram, fora dos marcos da OMC e do ‘livre-comércio”.

As potências no alvo

Cabe à Celac encontrar sua justa forma para potencializar a integração. A favor desse intento pesa a unidade da região contra a política cada vez mais hostil e interventora dos Estados Unidos na América Latina e no Caribe. Em pouco mais de um à frente da Casa Branca, Barack Obama não cumpriu a promessa de fechar o presídio de Guantánamo e, em

vez de suspender o bloqueio a Cuba, liderou uma campanha de desestabilização do regime socialista na ilha. Sem contar sua preocupante escalada militarista numa região compromissada com a paz.

“Obama veio com um discurso completamente distinto, de estender a mão aos colegas latino-americanos. Mas a verdade é que a Quarta Frota continua e vieram as sete bases militares na Colômbia, que não têm nada a ver com a droga, nem sequer com a guerrilha. Elas estão orientadas basicamente para a biodiversidade desse continente, área estratégica para os Estados Unidos. Portanto, não pode ocorrer nada nesse continente que ponha em risco os seus interesses estratégicos ou o seu acesso aos recursos naturais”, denuncia Boaventura à *Caros Amigos*.

Os efeitos da crise no México e o trauma do Golpe de Estado em Honduras foram debitados na conta norte-americana, mas a Celac também já foi para cima da Inglaterra. Uma das primeiras deliberações do bloco em defesa do continente foi o firme repúdio à nova ofensiva britânica na região das Malvinas, injustamente usurpadas da Argentina. De modo geral, o maior feito da integração é justamente este: proporcionar aos países da região mais oportunidades para que construam sua autonomia sócio-político-econômica, ao mesmo tempo em que as vozes latinas se unem contra todas as formas de opressão e ingerência.

UNILA: universidade da integração



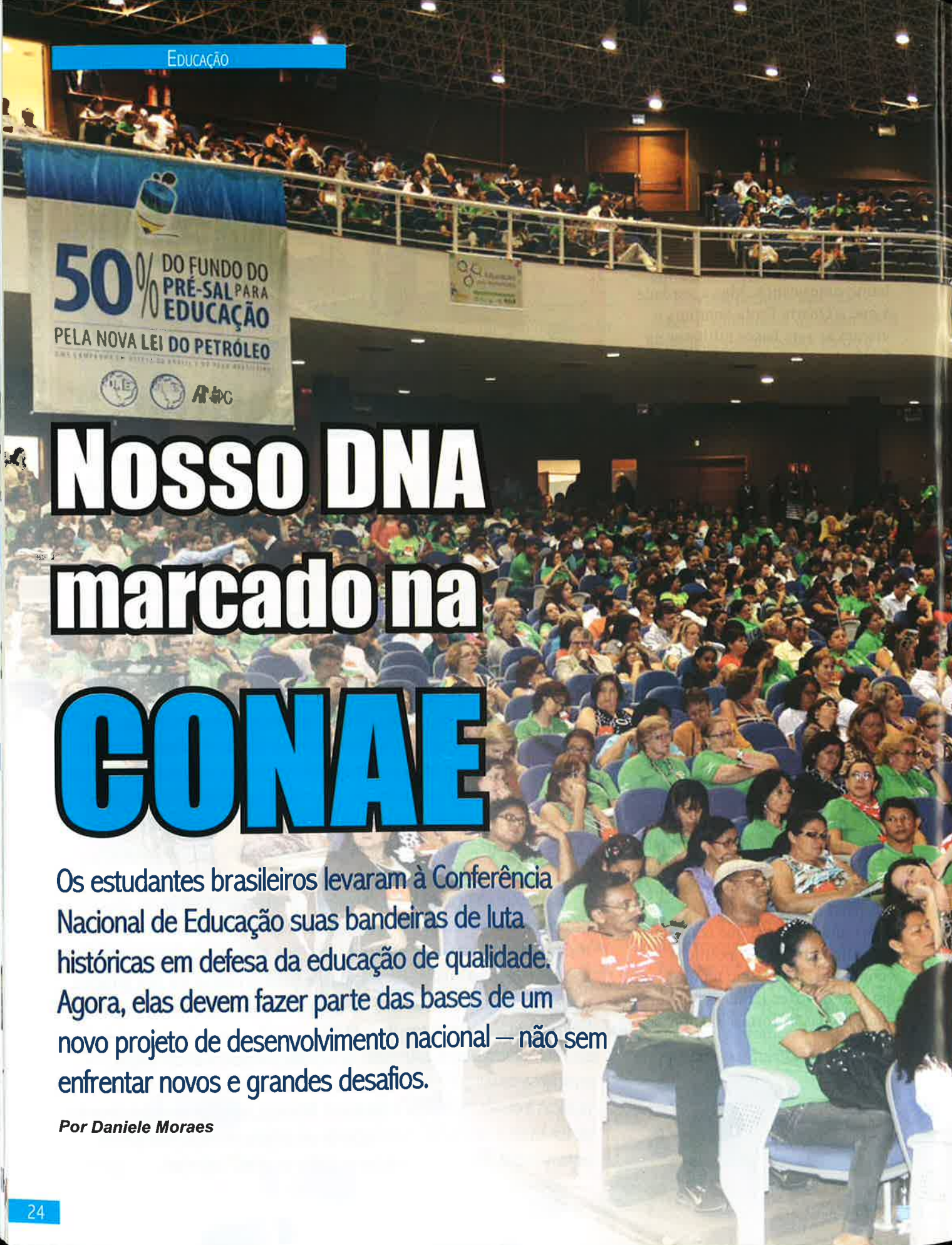
Projeto arquitetônico da UNILA

Símbolo de uma época em que a América Latina caminha cada vez mais com as próprias pernas e de cabeça erguida, a Unila (Universidade Federal da Integração Latino-Americana) foi criada em Foz do Iguaçu (PR), no último dia 12 de janeiro, com uma meta ousada: ter 10 mil alunos até 2015 e um corpo docente com 250 professores efetivos e 250 professores visitantes, sendo metade de brasileiros e a outra metade de estrangeiros, com aulas em português e espanhol. Parte das disciplinas será ministrada nas dependências da usina hidrelétrica de Itaipu, em meio à tríplice fronteira entre Argentina, Brasil e Paraguai.

Mais ousados ainda são os princípios que regem a nova instituição. “A Unila visa promover, pelo conhecimento compartilhado, a integração regional solidária e um projeto latino-americano apto a enfrentar os desafios do século 21. A missão da futura universidade é formar pesquisadores e profissionais que pensem o presente e o futuro da América Latina integrada, nas áreas das Ciências, Engenharias, Humanidades, Letras, Artes, Ciências Sociais e Aplicadas”, informa o site da Unila.

Em discurso proferido na cerimônia de criação da Unila, o professor Hélgio Trindade não poupou elogios à iniciativa. “Estamos testemunhando um momento histórico da educação superior brasileira! A sanção presidencial nesta solenidade pública institui um dos projetos universitários mais ousados e inovadores do atual governo”, declarou Hélgio, que também é reitor na Unila.

“Este ato consagra, sobretudo, uma política educacional estratégica e corajosa de um presidente que criou o maior número de universidades públicas federais da história republicana. Ademais, constitui-se no coroamento de um longo processo de construção de um projeto de nação fundado na expansão qualificada da educação em todos os níveis”, agregou.



50% DO FUNDO DO
PRÉ-SAL PARA
EDUCAÇÃO

PELA NOVA LEI DO PETRÓLEO



NOSSO DNA marcado na CONEAE

Os estudantes brasileiros levaram à Conferência Nacional de Educação suas bandeiras de luta históricas em defesa da educação de qualidade. Agora, elas devem fazer parte das bases de um novo projeto de desenvolvimento nacional — não sem enfrentar novos e grandes desafios.

Por Daniele Moraes

Mais de três mil pessoas, entre delegados, observadores e palestrantes, reuniram-se em Brasília/DF, nos dias 28, 29, 30, 31/03 e 1º/04, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, para a realização da etapa final da Conferência Nacional de Educação. Inédita e, por isso, histórica, a CONAE reuniu pela primeira vez no Brasil representantes do Poder Público e da Sociedade Civil, incluindo trabalhadores, pais e mães, estudantes, pesquisadores, empresários e outros, para debater sobre as diretrizes que devem nortear a construção de nossas políticas públicas educacionais. Durante todo o processo de preparação da atividade, estima-se o envolvimento de cerca de um milhão de brasileiros na discussão dos rumos da educação no País – o que certamente já conferiu, por si só, grande importância à sua realização.

O tema central da CONAE não poderia ser outro: “Construindo um Sistema Nacional Articulado de Educação: Plano Nacional de Educação, suas Diretrizes e Estratégias de Ação”. Afinal, após tantos e tantos anos, a República brasileira não conseguiu superar entraves primordiais para o avanço da universalização do ensino público no País e somente agora, finalmente, conseguiu debater uma questão de tamanha relevância para a Nação.

Como já dissemos, esta foi a primeira Conferência do setor convocada pelo Poder Público, construída por representantes de todos os segmentos da sociedade civil, bem como Estados, Municípios, Governo Federal e empresários. A expectativa dos envolvidos é de que as resoluções aprovadas na CONAE sejam incorporadas na realidade educacional brasileira, bem como transformadas em diretrizes para a formulação de novas leis. Outro papel importante que a Conferência deve cumprir será o de tornar-se uma referência para futuras propostas e

plataformas políticas a serem apresentadas pelos candidatos nas eleições que se aproximam.

É preciso destacar ainda o esforço conjunto dos envolvidos na construção da Conferência. Somente na Comissão Nacional Organizadora da CONAE havia 35 membros e respectivos suplentes, formando um grupo amplo, democrático e extremamente diversificado – muito empenhado em construir coletiva e unificadamente a discussão. A União Nacional dos Estudantes foi representada na Comissão por seu vice-presidente, Tiago Ventura, tendo como suplente a primeira diretora de políticas educacionais da UNE, Laís Gouveia.

O destaque feito ao empenho coletivo na manutenção da unidade da CONAE e em torno de princípios básicos e progressistas demonstra também um amadurecimento das discussões e corrobora com a certeza de que o País está pronto para transformar-se e colocar de fato a educação como prioridade na construção de um projeto nacional de desenvolvimento.

Solenidade de abertura demonstrou o prestígio da CONAE

A solenidade de abertura da CONAE contou com a presença de todos os representantes da Comissão Organizadora, além do Presidente da UNE, Augusto Chagas, e do presidente da UBES, Yann Evanovick. A mesa principal foi formada pelo Secretário Executivo Ajunto do Ministério da Educação e Coordenador da CONAE, Francisco das Chagas; pelo presidente da Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, Deputado Angelo Vanhoni (PT-PR); pela presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado, Senadora Fátima Cleide (PT-RO); pela líder do governo no Congresso Nacional, Senadora Ideli Salvatti (PT-SC); pelo Se-



Plenária final da CONAE, em Brasília

cretário Executivo da Secretaria Geral da Presidência da República, Antonio Roberto Lambertucci; pelo Ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Samuel Pinheiro Guimarães; pelo Ministro da Cultura, Juca Ferreira; e pelo Ministro da Educação, Fernando Haddad.

Na ocasião, o Coordenador da CONAE destacou a diversidade educacional, política e social presente na Comissão Organizadora e, por sua vez, em todo o processo de construção da Conferência, também em suas etapas preparatórias. Relembrou ainda as lutas organizadas, ao longo da história do País, pelos mais diversos segmentos, no debate da educação. “A CONAE emergiu como um espaço democrático educacional com o apoio do poder público. Temos a certeza da oportunidade que está em nossas mãos de estabelecermos diretrizes para a educação brasileira, com a ampla participação da sociedade civil, poderes públicos, sob a coordenação do MEC”.

Para Chagas, ao se discutir o Sistema Nacional Articulado de Educação é inadiável pautar a questão do pacto federativo e os desafios de fazer com que as metas do novo Plano Nacional de Educação (PNE) se constitua como uma política de Estado – a ser

cumprida por todo e qualquer governo. Destacou importância da institucionalização do Fórum Nacional de Educação e do avanço em relação à determinação do percentual do PIB (Produto Interno Bruto) que deve ser investido em educação.

Já o Ministro da Educação, Fernando Haddad, ressaltou as conquistas do último período alcançadas pelo Governo Lula em relação à educação e disse que, em função disso, sente-se orgulhoso do trabalho realizado. “O Governo Lula triplicou os recursos do Ministério da Educação”, destacou. Sobre o PNE, Haddad acredita que não se pode fixar nele apenas metas quantitativas, “é preciso também fixar metas qualitativas e os meios para o cumprimento dessas metas”.

Bandeiras históricas do ME foram discutidas e aprovadas na CONAE

A fim de dinamizar as discussões, o tema central da Conferência foi dividido em seis eixos e, consequentemente, em dezenas de colóquios, com o objetivo de aprofundar os debates e fundamentar as plenárias que aprovaram as propostas de emendas ao documento-referência vindas das etapas estaduais.

Diversos representantes das entidades estudantis participaram das discussões e levaram aos delegados e observadores da CONAE as principais defesas e bandeiras de luta dos estudantes brasileiros. Os destaques ficaram por conta da necessidade de ampliação do investimento na educação pública, por meio da vinculação de um percentual do PIB (Produto Interno Bruto) para a educação; da regulamentação do setor privado de ensino, com o combate à mercantilização e à desnacionalização da educação; da luta pela gestão democrática dentro das Instituições públicas e privadas de Educação Superior; por novas e mais eficientes políticas de acesso; pela assistência estudantil; e, especialmente, pela defesa da destinação de 50% das verbas do fundo social do Pré-Sal para a educação brasileira.

Em quase sua totalidade as bandeiras do movimento estudantil foram assumidas pelos diversos setores representados na CONAE e aprovadas por consenso. O que resultou em um sentimento de vitória dos estudantes e um avanço histórico nas discussões sobre as diretrizes educacionais do País.

Na avaliação do presidente da UNE, Augusto Chagas, “os estudantes contribuíram não só com os temas



Joanna Paroli, diretora de Escolas Particulares da UNE, em debate promovido pela CONTEE na CONAE

de seu interesse direto, mas também com opiniões sobre o conjunto geral da educação. Sempre com protagonismo e opiniões firmes sobre uma série de questões. O nosso DNA está marcado no conjunto de resoluções aprovado na CONAE 2010”.

Discussão sobre a qualidade do Ensino Superior

Durante os debates ocorridos ao longo da Conferência, a qualidade da educação superior e a regulamentação do setor privado foram questões de grande relevância. Em um dos colóquios realizados, a Secretária de Educação Superior do MEC, Maria Paula Dallari, afirmou que o Ministério tem dirigido seus esforços para estabelecer um marco jurídico para que seja possível dar consequência às avaliações da educação e com isso garantir a qualidade do ensino superior oferecido no País. “Um curso mal avaliado não pode continuar funcionando”, enfatizou.

Em relação ao ensino superior público, especificamente, a Secretária acredita que: “a universidade é uma formadora de mentes críticas e, portanto, a maneira como contrata seus profissionais, escolhe o que vai ensinar ou pesquisar diz respeito a toda a coletividade. Então, a transparência é condição essencial, que deve se somar à qualidade e ao acesso”.

Plenária Final aprova a criação do Fórum Nacional de Educação

A Plenária final marcou o encerramento da Conferência Nacional de Educação e aprovou importantes diretrizes para a educação brasileira, em todos os níveis e modalidades. Entre as principais propostas, destacou-se a criação do Fórum Nacional de Educação, que de acordo com o texto final: “deve ter pelo menos as seguintes

incumbências: convocar e coordenar as próximas edições da CONAE; acompanhar a tramitação do novo PNE (2011-2020) no Congresso Nacional; incidir pela implementação das diretrizes e deliberações tomadas nesta e nas demais edições da CONAE. A Composição do Fórum Nacional de Educação deve refletir a composição da Comissão Nacional Organizadora. Nesse sentido, é importante que seja institucionalizada a prática de Conferências Municipais e Estaduais de Educação, como ocorrências em até quatro anos, que deverão preceder as conferências de educação, institucionalizadas com a finalidade de monitorar as diretrizes estabelecidas nas mencionadas Conferências, com a participação de todos os segmentos”.

Ao longo das votações, a aprovação das propostas mais polêmicas transcorreu com tranquilidade. A agitação ficou mesmo por conta da presença do Presidente Lula durante a etapa de encerramento da CONAE. Para Lula, o casamento entre educação de qualidade e valorização do professor tem que ser indissolúvel. Em relação a isso, disse: “eu não me conformo que alguém ache que um piso de R\$ 1.020 é alto para uma professora que toma conta dos nossos filhos dentro da sala de aula. Não é possível a gente depositar confiança em um professor ou em uma professora para tomar conta dos nossos filhos, sabendo que, no fim do mês, ele não vai levar para casa sequer o suficiente para cuidar da sua própria família”, disse o Presidente.

Ao discursar o presidente se emocionou o dizer: “muito me orgulha que eu e o (José) Alencar, que não temos diploma universitário, tenhamos feito mais universidades na história do Brasil e peço a Deus que aquele que me suceda me coloque no chinelo”, disse Lula. E finalizou: “eu tinha a clareza de que seu errasse nunca mais um trabalhador chegaria à Presidência da República”.



Flávia Calé, presidente da UEE/RJ, em debate da Conferência



Augusto Chagas

Diversidade e Unidade pela Educação

A seguir, o Presidente da UNE, Augusto Chagas, fala sobre a realização da CONAE e avalia a participação dos estudantes na aprovação de propostas e bandeiras históricas em defesa da educação pública, gratuita e de qualidade socialmente referenciada.

Qual a sua avaliação da CONAE?

É muito positiva, por diversas razões. Primeiro, por seu ineditismo. O Brasil precisou de mais de 120 anos para conseguir fazer uma Conferência de Educação com a característica de envolver tantos atores. A educação é um tema que mobiliza muitas paixões e as polêmicas são muito grandes também. Entretanto, mesmo com tudo isso, a CONAE conseguiu ser construída com muita diversidade e conseguiu trabalhar de forma unitária, propositiva, sem nenhum tipo de problema de posicionamento na construção de seus debates, ainda que em meio a divergências. Além disso, o momento histórico em que essa Conferência aconteceu também merece destaque. Diferentemente da ocasião em que o último e atual Plano Nacional de

Educação foi discutido, há dez anos, a sociedade só conseguiu contribuir “na marra” – numa iniciativa de muita pressão. Vivíamos uma conjuntura muito desfavorável para quem defendia a educação pública, como um direito de todos os brasileiros. Afinal, naquela ocasião, essa visão estava praticamente destruída. Enfrentávamos um ambiente de radicalização do processo de mercantilização da educação. Era, portanto, um momento de muita resistência. Sendo assim, a construção do PNE foi um exercício de implementação de bandeiras como uma iniciativa de luta, a fim de visualizar a construção futura de determinadas conquistas. O ambiente que nós vivemos hoje nos dá outra condição, pois conseguimos vencer algumas batalhas em pontos fundamentais, como, por exemplo, com relação à responsabilização do Estado para com a educação, que ganhou força nos últimos anos e se materializou em investimentos públicos; ao fortalecimento da visão de que a educação não pode ser tratada como um serviço, uma mercadoria – tendo Brasil se negado a colocar a pauta da educação nos acordos comerciais globais; e ao processo de expansão da rede pública das universidades federais. Isso sem falar em outros programas de democratização do acesso, das mudanças nos sistemas de vestibular, da criação do ProUni, do avanço do debate de cotas e de reserva de vagas. Ou seja, o ambiente hoje para sociedade vislumbrar os próximos dez anos é muito diferente e mais favorável, embora saibamos que os desafios da educação brasileira ainda são muito grandes e a nossa educação ainda tem muito a caminhar.



Daniel Lliescu, diretor de Relações Internacionais da UNE, na CONAE

Como foi a atuação dos estudantes na CONAE?

Foi muito boa. Os estudantes tiveram protagonismo em todas as etapas de construção da CONAE no país inteiro. Na etapa nacional, conseguimos apresentar nossas opiniões e ter grande protagonismo. Apresentamos um conjunto de pautas, com bandeiras históricas das entidades. Entre elas: a assistência estudantil; a permanência dos estudantes nos cursos; as políticas de acesso. Levamos uma questão importante que foi a nossa Campanha pela destinação de 50% do fundo social do Pré-Sal para a educação – uma luta que nós encabeçamos e que foi absorvida de forma unânime pela CONAE – contagiando o conjunto de participantes da Conferência. Os estudantes contribuíram não só com os temas de seu interesse direto, mas também com opiniões sobre o conjunto geral da educação. Sempre com protagonismo e opiniões firmes sobre uma série de questões. O nosso DNA está marcado no conjunto de resoluções aprovado na CONAE 2010.

Quais devem ser os próximos passos para transformar as diretrizes aprovadas na CONAE em mudanças efetivas no cenário educacional e na construção de um novo PNE?

Não podemos permitir que o novo Plano Nacional de Educação se transforme no que foi o último, quando a sociedade lutou muito para conseguir inserir pautas avançadas no texto, porém boa parte delas foram vetadas e, mesmo as que não foram vetadas, em termos de resultados, deixaram muito a desejar ou não foram cumpridas. Temos, portanto, um desafio grande de concretizar isso agora nesse novo PNE, para que a

sociedade possa aproveitar a oportunidade dessa conjuntura favorável, construída como resultado de muita luta no campo educacional. Será um grande desafio dar concretude a esses avanços.

A CONAE 2010 pode ser considerada um marco na luta para que a educação seja colocada como prioridade dentro de um projeto de desenvolvimento nacional?

Isso dependerá do que vai acontecer nos próximos anos. A CONAE por si só não resolve. O que resolverá é se o governo cumprir com o

compromisso de que as resoluções da Conferência sejam base da proposta de formulação de um novo Plano Nacional de Educação e se for de fato instituído o Fórum Nacional de Educação, com toda a diversidade de organizações envolvidas na Conferência, para o acompanhamento da construção e da implementação desse novo PNE. Isso será um importante avanço. Então, todos esses elementos é que vão dizer se a CONAE vai conseguir se tornar um marco ou não. Mas acho que a Conferência foi um passo importante ao unificar diferentes atores da sociedade e, melhor, convencê-los a enfrentar aos desafios que estão por vir.

As principais conquistas da CONAE

Entre as emendas defendidas pelos estudantes para inserção no Plano Nacional de Educação, que vai vigorar entre 2011 e 2020, vale destacar:

- Aprovação da destinação de 50% dos recursos do fundo social do Pré-Sal para a educação;
- A paridade nas eleições dos dirigentes das Instituições de Ensino Superior (IES), com a mesma representação de alunos, professores e funcionários.
- A criação de um Fórum Nacional de Educação, formado com a mesma composição da atual Comissão Nacional Organizadora da CONAE, com a função de organizar e acompanhar a realização das próximas Conferências Nacionais de Educação - que devem acontecer a cada quatro anos.

Moções do movimento estudantil aprovadas na CONAE:

Os estudantes comemoraram também a aprovação de três moções para o documento final da CONAE, que tiveram, conforme exigia o regimento da conferência, o apoio de mais de oito entidades representativas. São elas:

- Pela paridade (estudantes/ funcionários/ professores) nas eleições diretas dos conselhos universitários;
- Em defesa do PL 5175/2009 (Reforma Universitária dos Estudantes Brasileiros, em tramitação no Congresso);
- Moção de repúdio à truculência do Governo (do Estado de São Paulo) José Serra contra os movimentos sociais.

Cotas, uma afirmação da democracia



No presente ano de 2010, os brasileiros afro-descendentes, os cidadãos que se auto-definem como pretos e pardos no recenseamento nacional, passam a formar a maioria da população do país. A partir de agora -, na conceituação consolidada em décadas de pesquisas e de análises metodológicas do IBGE -, mais da metade dos brasileiros são negros.

Esta mudança vai muito além da demografia. Ela traz ensinamentos sobre o nosso passado, sobre quem somos e de onde viemos, e traz também desafios para o nosso futuro.

Minha fala tentará juntar os dois aspectos do problema, partindo de um resumo histórico para chegar à atualidade e ao julgamento que

No dia 04 de março, o historiador Luis Felipe de Alencastro apresentou um parecer, em audiência no STF sobre as cota, onde ele mostra que políticas afirmativas são um aperfeiçoamento da democracia. Alencastro estava representando a Fundação Palmares e seu parecer, que a *Movimento* reproduz na íntegra, se transformou em manifesto que contribui para fortalecer a luta pelas cotas.

nos ocupa. Os ensinamentos sobre nosso passado, referem-se à densa presença da população negra na formação do povo brasileiro. Todos nós sabemos que esta presença originou-se e desenvolveu-se na violência. Contudo, a extensão e o impacto do escravismo não tem sido suficientemente sublinhada. A petição inicial de ADPF apresentada pelo DEM a esta Corte fala genericamente sobre “o racismo e a opção pela escravidão negra » (pp. 37-40), sem considerar a especificidade do escravismo em nosso país.

Na realidade, nenhum país americano praticou a escravidão em tão larga escala como o Brasil. Do total de cerca de 11 milhões de africanos deportados e chegados vivos nas Américas, 44% (perto de 5 milhões) vieram para o território brasileiro num período de três séculos (1550-1856). O outro grande país escravista do continente, os Estados Unidos, praticou o tráfico negreiro por pouco mais de um século (entre 1675 e 1808) e recebeu uma proporção muito menor -, perto de 560.000 africanos -, ou seja, 5,5% do total do tráfico transatlântico.

[1] No final das contas, o Brasil se apresenta como o agregado político americano que captou o maior número de africanos e que manteve durante mais tempo a escravidão.

Durante estes três séculos, vieram para este lado do Atlântico milhões de africanos que, em meio à miséria e ao sofrimento, tiveram coragem e esperança para constituir as famílias e as culturas formadoras de uma parte essencial do povo brasileiro. Arrancados para sempre de suas famílias, de sua aldeia, de seu continente, eles foram deportados por negreiros luso-brasileiros e, em seguida, por traficantes genuinamente brasileiros

que os trouxeram acorrentados em navios arvorando o auriverde pendão de nossa terra, como narram estrofes menos lembradas do poema de Castro Alves.

No século XIX, o Império do Brasil aparece ainda como a única nação independente que praticava o tráfico negreiro em larga escala. Alvo da pressão diplomática e naval britânica, o comércio oceânico de africanos passou a ser proscrito por uma rede de tratados internacionais que a Inglaterra teceu no Atlântico. [2]

O tratado anglo-português de 1818 vetava o tráfico no norte do equador. Na sequência do tratado anglo-brasileiro de 1826, a lei de 7 de novembro de 1831, proibiu a totalidade do comércio atlântico de africanos no Brasil.

Entretanto, 50.000 africanos oriundos do norte do Equador são ilegalmente desembarcados entre 1818 e 1831, e 710.000 indivíduos, vindos de todas as partes da África, são trazidos entre 1831 e 1856, num circuito de tráfico clandestino. Ora, da mesma forma que o tratado de 1818, a lei de 1831 assegurava plena liberdade aos africanos introduzidos no país após a proibição. Em consequência, os alegados proprietários desses indivíduos livres eram considerados sequestradores, incorrendo nas sanções do artigo 179 do «Código Criminal», de 1830, que punia o ato de “reduzir à escravidão a pessoa livre que se achar em posse de sua liberdade ». A lei de 7 de novembro 1831 impunha aos infratores uma pena pecuniária e o reembolso das despesas com o reenvio do africano sequestrado para qualquer porto da África. Tais penalidades são reiteradas no artigo 4º da Lei de 4 de setembro de 1850, a lei Eusébio de Queirós que acabou definitivamente com o tráfico negreiro.

Porém, na década de 1850, o governo imperial anistiou, na prática, os senhores culpados do crime de seqüestro, mas deixou livre curso ao crime correlato, a escravização de pessoas livres.[3] De golpe, os 760.000 africanos desembarcados até 1856 -, e a totalidade de seus descendentes -, continuaram sendo mantidos ilegalmente na escravidão até 1888[4]. Para que não estourassem rebeliões de escravos e de gente ilegalmente escravizada, para que a ilegalidade da posse de cada senhor, de cada seqüestrador, não se transformasse em insegurança coletiva dos proprietários, de seus sócios e credores -, abalando todo o país -, era preciso que vigorasse um conluio geral, um pacto implícito em favor da violação da lei. Um pacto fundado nos “interesses coletivos da sociedade”, como sentenciou, em 1854, o ministro da Justiça, Nabuco de Araújo, pai de Joaquim Nabuco.

O tema subjaz aos debates da época. O próprio Joaquim Nabuco -, que está sendo homenageado neste ano do centenário de sua morte -, escrevia com todas as letras em “O Abolicionismo” (1883): “Durante cinquenta anos a grande maioria da propriedade escrava foi possuída ilegalmente. Nada seria mais difícil aos senhores, tomados coletivamente, do que justificar perante um tribunal escrupuloso a legalidade daquela propriedade, tomada também em massa”[5].

Tal “tribunal escrupuloso” jamais instaurou-se nas cortes judiciárias, nem tampouco na historiografia do país. Tirante as ações impetradas por um certo número de advogados e magistrados abolicionistas, o assunto permaneceu encoberto na época e foi praticamente ignorado pelas gerações seguintes.

Resta que este crime coletivo guarda um significado dramático: ao

arrepio da lei, a maioria dos africanos cativados no Brasil a partir de 1818 -, e todos os seus descendentes -, foram mantidos na escravidão até 1888. Ou seja, boa parte das duas últimas gerações de indivíduos escravizados no Brasil não era escrava. Moralmente ilegítima, a escravidão do Império era ainda -, primeiro e sobretudo -, ilegal. Como escreví, tenho para mim que este pacto dos sequestradores constitui o pecado original da sociedade e da ordem jurídica brasileira.[6]

Firmava-se duradouramente o princípio da impunidade e do casuísmo da lei que marca nossa história e permanece como um desafio constante aos tribunais e a esta Suprema Corte. Consequentemente, não são só os negros brasileiros que pagam o preço da herança escravista.

Outra deformidade gerada pelos “males que a escravidão criou”, para retomar uma expressão de Joaquim Nabuco, refere-se à violência policial.

Para expor o assunto, volto ao século XIX, abordando um ponto da história do direito penal que os ministros desta Corte conhecem bem e que peço a permissão para relembra.

Depois da Independência, no Brasil, como no sul dos Estados Unidos, o escravismo passou a ser consubstancial ao State building, à organização das instituições nacionais. Houve, assim, uma modernização do escravismo para adequá-lo ao direito positivo e às novas normas ocidentais que regulavam a propriedade privada e as liberdades públicas. Entre as múltiplas contradições engendradas por esta situação, uma relevava do Código Penal: como punir o escravo delinqüente sem encarcerá-lo, sem privar o

senhor do usufruto do trabalho do cativo que cumpria pena prisão?

Para solucionar o problema, o quadro legal foi definido em dois tempos. Primeiro, a Constituição de 1824 garantiu, em seu artigo 179, a extinção das punições físicas constantes nas aplicações penais portuguesas. “Desde já ficam abolidos os açoites, a tortura, a marca de ferro quente, e todas as mais penas cruéis”; a Constituição também prescrevia: “as cadeias serão seguras, limpas e bem arejadas, havendo diversas casas para separação dos réus, conforme suas circunstâncias e natureza de seus crimes”.

Conforme os princípios do Iluminismo, ficavam assim preservadas as liberdades e a dignidade dos homens livres.

Num segundo tempo, o Código Criminal de 1830 tratou especificamente da prisão dos escravos, os quais representavam uma forte proporção de habitantes do Império. No seu artigo 60, o Código reatualiza a pena de tortura. “Se o réu for escravo e incorrer em pena que não seja a capital ou de galés, será condenado na de açoites, e depois de os sofrer, será entregue a seu senhor, que se obrigará a trazê-lo com um ferro pelo tempo e maneira que o juiz designar, o número de açoites será fixado na sentença e o escravo não poderá levar por dia mais de 50”. Com o açoite, com a tortura, podia-se punir sem encarcerar: estava resolvido o dilema.

Longe de restringir-se ao campo, a escravidão também se arraigava nas cidades. Em 1850, o Rio de Janeiro contava 110.000 escravos entre seus 266.000 habitantes, reunindo a maior concentração urbana de escravos da época moderna. Neste quadro social, a questão da segurança pública e da criminalidade assumia um viés específico.[7] De maneira mais

eficaz que a prisão, o terror, a ameaça do açoite em público, servia para intimidar os escravos.

Oficializada até o final do Império, esta prática punitiva estendeu-se às camadas desfavorecidas, aos negros em particular e aos pobres em geral. Junto com a privatização da justiça efetuada no campo pelos fazendeiros, tais procedimentos travaram o advento de uma política de segurança pública fundada nos princípios da liberdade individual e dos direitos humanos.

Enfim, uma terceira deformidade gerada pelo escravismo afeta diretamente o estatuto da cidadania.

É sabido que nas eleições censitárias de dois graus ocorrendo no Império, até a Lei Saraiva, de 1881, os analfabetos, incluindo negros e mulatos alforriados, podiam ser votantes, isto é, eleitores de primeiro grau, que elegiam eleitores de 2º grau (cerca de 20.000 homens em 1870), os quais podiam eleger e ser eleitos parlamentares. Depois de 1881, foram suprimidos os dois graus de eleitores e em 1882, o voto dos analfabetos foi vetado. Decidida no contexto pré-abolicionista, a proibição buscava criar um ferrolho que barrasse o acesso do corpo eleitoral à maioria dos libertos. Gerou-se um estatuto de infracidadania que perdurou até 1985, quando foi autorizado o voto do analfabeto. O conjunto dos analfabetos brasileiros, brancos e negros, foi atingido.[8] Mas a exclusão política foi mais impactante na população negra, onde o analfabetismo registrava, e continua registrando, taxas proporcionalmente bem mais altas do que entre os brancos.[9]

Pelos motivos apontados acima, os ensinamentos do passado ajudam a situar o

atual julgamento sobre cotas universitárias na perspectiva da construção da nação e do sistema político de nosso país. Nascidas no século XIX, a partir da impunidade garantida aos proprietários de indivíduos ilegalmente escravizados, da violência e das torturas infligidas aos escravos e da infracidadania reservada ao libertos, as arbitrariedades engendradas pelo escravismo submergiram o país inteiro.

Por isso, agindo em sentido inverso, a redução das discriminações que ainda pesam sobre os afrobrasileiros -, hoje majoritários no seio da população -, consolidará nossa democracia.

Portanto, não se trata aqui de uma simples lógica indenizatória, destinada a quitar dívidas da história e a garantir direitos usurpados de uma comunidade específica, como foi o caso, em boa medida, nos memoráveis julgamentos desta Corte sobre a demarcação das terras indígenas. No presente julgamento, trata-se, sobretudo, de inscrever a discussão sobre a política afirmativa no aperfeiçoamento da democracia, no vir a ser da nação. Tais são os desafios que as cotas raciais universitárias colocam ao nosso presente e ao nosso futuro.

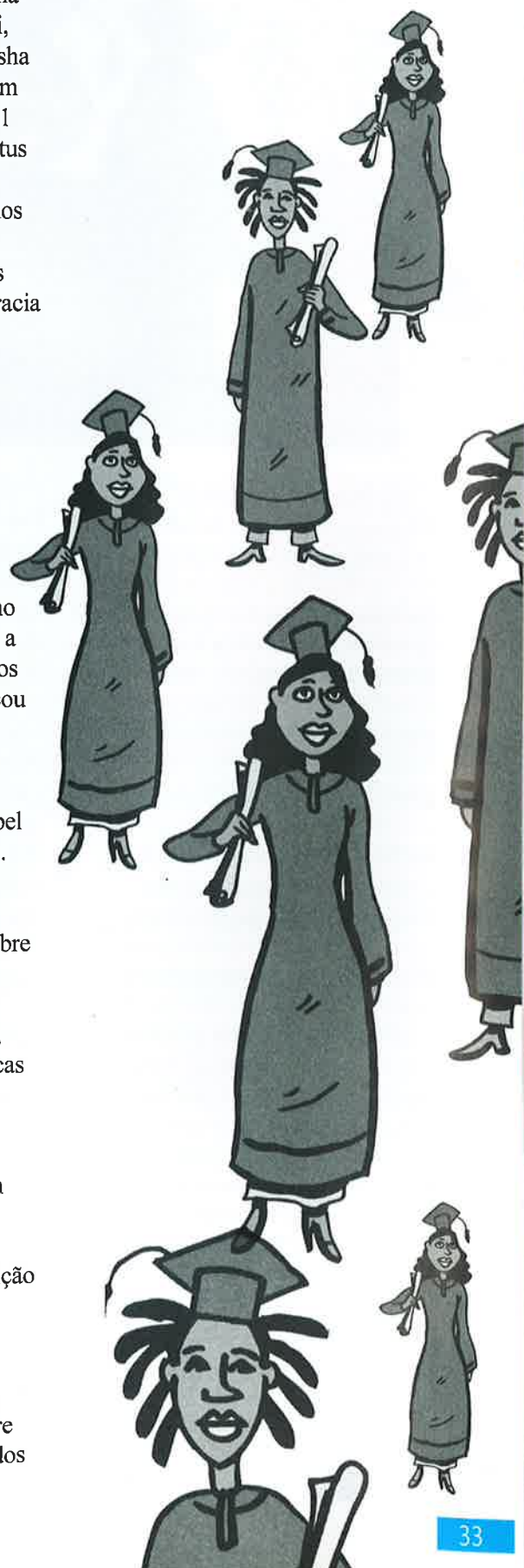
Atacando as cotas universitárias, a ADPF do DEM, traz no seu ponto 3 o seguinte título « o perigo da importação de modelos : os exemplos de Ruanda e dos Estados Unidos da América » (pps. 41-43). Trata-se de uma comparação absurda no primeiro caso e inepta no segundo.

Qual o paralelo entre o Brasil e Ruanda, que alcançou a independência apenas em 1962 e viu-se envolvido, desde 1990, numa conflagração generalizada que os especialistas denominam a

« primeira guerra mundial africana », implicando também o Burundi, Uganda, Angola, o Congo Kinsasha e o Zimbabuê, e que culminou, em 1994, com o genocídio de quase 1 milhão de tutsis e milhares de hutus ruandenses ?

Na comparação com os Estados Unidos, a alegação é inepta por duas razões. Primeiro, os Estados Unidos são a mais antiga democracia do mundo e servem de exemplo a instituições que consolidaram o sistema político no Brasil. Nosso federalismo, nosso STF -, vosso STF – são calcados no modelo americano. Não há nada de “perigoso” na importação de práticas americanas que possam reforçar nossa democracia. A segunda razão da inépcia reside no fato de que o movimento negro e a defesa dos direitos dos ex-escravos e afrodescendentes tem, como ficou dito acima, raízes profundas na história nacional. Desde o século XIX, magistrados e advogados brancos e negros tem tido um papel fundamental nesta reinvidicações.

Assim, ao contrário do que se tem dito e escrito, a discussão relançada nos anos 1970-1980 sobre as desigualdades raciais é muito mais o resultado da atualização das estatísticas sociais brasileiras, num contexto de lutas democráticas contra a ditadura, do que uma propalada « americanização » do debate sobre a discriminação racial em nosso país. Aliás, foram estas mesmas circunstâncias que suscitaram, na mesma época, os questionamentos sobre a distribuição da renda no quadro do alegado « milagre econômico ». Havia, até a realização da primeira PNAD incluindo o critério cor, em 1976, um grande desconhecimento sobre a evolução demográfica e social dos afrodescendentes.





De fato, no Censo de 1950, as estatísticas sobre cor eram limitadas, no Censo de 1960, elas ficaram inutilizadas e no Censo de 1970 elas eram inexistentes. Este longo período de eclipse estatística facilitou a difusão da ideologia da “democracia racial brasileira”, que apregoava de inexistência de discriminação racial no país. Todavia, as PNADs de 1976, 1984, 1987, 1995, 1999 e os Censos de 1980, 1991 e 2000, incluíram o critério cor. Constatou-se, então, que no decurso de três décadas, a desigualdade racial permanecia no quadro de uma sociedade mais urbanizada, mais educada e com muito maior renda do que em 1940 e 1950. Ou seja, ficava provado que a desigualdade racial tinha um carácter estrutural que não se reduzia com progresso econômico e social do país. Daí o adensamento das reivindicações da comunidade negra, apoiadas por vários partidos políticos e por boa parte dos movimentos sociais.

Nesta perspectiva, cabe lembrar que a democracia, a prática democrática, consiste num processo dinâmico, reformado e completado ao longo das décadas pelos legisladores brasileiros, em resposta às aspirações da sociedade

e às iniciativas de países pioneiros. Foi somente em 1932 -, ainda assim com as conhecidas restrições suprimidas em 1946 -, que o voto feminino instaurou-se no Brasil. Na época, os setores tradicionalistas alegaram que a capacitação política das mulheres iria dividir as famílias e perturbar a tranquilidade de nação. Pouco a pouco, normas consensuais que impediam a plena cidadania e a realização profissional das mulheres foram sendo reduzidas, segundo o preceito -, aplicável também na questão racial -, de que se deve tratar de maneira desigual o problema gerado por uma situação desigual.

Para além do caso da política de cotas da UNB, o que está em pauta neste julgamento são, a meu ver, duas questões essenciais.

A primeira é a seguinte : malgrado a inexistência de um quadro legal discriminatório a população afrobrasileira é discriminada nos dias de hoje?

A resposta está retratada nas creches, nas ruas, nas escolas, nas universidades, nas cadeias, nos laudos dos IML de todo o Brasil. Não me cabe aqui entrar na análise de estatísticas raciais, sociais e econômicas que serão abordadas por diversos especialistas no

âmbito desta Audiência Pública. Observo, entretanto, que a ADPF apresentada pelo DEM, na parte intitulada « A manipulação dos indicadores sociais envolvendo a raça » (pp. 54-59), alinha algumas cifras e cita como única fonte analítica, o livro do jornalista Ali Kamel, o qual, como é sabido, não é versado no estudo das estatísticas do IBGE, do IPEA, da ONU e das incontáveis pesquisas e teses brasileiras e estrangeiras que demonstram, maciçamente, a existência de discriminação racial no Brasil.

Dai decorre a segunda pergunta que pode ser formulada em dois tempos. O sistema de promoção social posto em prática desde o final da escravidão poderá eliminar as desigualdades que cercam os afrobrasileiros? A expansão do sistema de bolsas e de cotas pelo critério social provocará uma redução destas desigualdades ?

Os dados das PNADs organizados pelo IPEA mostram, ao contrário, que as disparidades se mantêm ao longo da última década. Mais ainda, a entrada no ensino superior exacerba a desigualdade racial no Brasil.

Dessa forma, no ensino fundamental (de 7 a 14 anos), a diferença entre brancos e negros começou a diminuir a partir de 1999 e em 2008 a taxa de frequência entre os dois grupos é praticamente a mesma, em torno de 95% e 94% respectivamente. No ensino médio (de 15 a 17 anos) há uma diferença quase constante entre 1992 e 2008. Neste último ano, foram registrados 61,0% de alunos brancos e 42,0% de alunos negros desta mesma faixa etária. Porém, no ensino superior a diferença entre os dois grupos se escancara. Em 2008, nas faixas etárias de brancos maiores de 18 anos de idade, havia 20,5% de

estudantes universitários e nas faixas etárias de negros maiores de 18 anos, só 7,7% de estudantes universitários.

[10] Patenteia-se que o acesso ao ensino superior constitui um gargalo incontornável para a ascensão social dos negros brasileiros.

Por todas estas razões, reafirmo minha adesão ao sistema de cotas raciais aplicado pela Universidade de Brasília.

Penso que seria uma simplificação apresentar a discussão sobre as cotas raciais como um corte entre a esquerda e a direita, o governo e a oposição ou o PT e o PSDB. Como no caso do plebiscito de 1993, sobre o presidencialismo e o parlamentarismo, a clivagem atravessa as linhas partidárias e ideológicas. Aliás, as primeiras medidas de política afirmativa relativas à população negra foram tomadas, como é conhecido, pelo governo Fernando Henrique Cardoso.

Como deixei claro, utilizei vários estudos do IPEA para embasar meus argumentos. Ora, tanto o presidente do IPEA no segundo governo Fernando Henrique Cardoso, o professor Roberto Borges Martins, como o presidente do IPEA no segundo governo Lula, o professor Márcio Porchman -, colegas por quem tenho respeito e admiração -, coordenaram vários estudos sobre a discriminação racial no Brasil nos dias de hoje e são ambos favoráveis às políticas afirmativas e às políticas de cotas raciais.

A existência de alianças transversais deve nos conduzir -, mesmo num ano de eleições -, a um debate menos ideologizado, onde os argumentos de uns e de outros possam ser analisados a fim de contribuir para a superação da desigualdade racial que pesa sobre os negros e a democracia brasileira.

Notas

[1]. Ver o Database acessível no sítio <http://www.slavevoyages.org/tast/index.faces>

[2]. Demonstrando um grande desconhecimento da história pátria e superficialidade em sua argumentação, a petição do DEM afirma na página 35: “Por que não direcionamos a Portugal e à Inglaterra a indenização a ser devida aos afrodescendentes, já que foram os portugueses e os ingleses quem organizaram o tráfico de escravos e a escravidão no Brasil?”. Como é amplamente conhecido, os ingleses não tiveram participação no escravismo brasileiro, visto que o tráfico negreiro constituía-se como um monopólio português, com ativa participação brasileira no século XIX. Bem ao contrário, por razões que não cabe desenvolver neste texto, a Inglaterra teve um papel decisivo na extinção do tráfico negreiro para o Brasil

[3]. A. Perdigão Malheiro, *A Escravidão no Brasil – Ensaio Histórico, Jurídico, Social* (1867), Vozes, Petrópolis, R.J., 1976, 2 vols., v. 1, pp. 201-222. Numa mensagem confidencial ao presidente da província de São Paulo, em 1854, Nabuco de Araújo, ministro da Justiça, invoca “os interesses coletivos da sociedade”, para não aplicar a lei de 1831, prevendo a liberdade dos africanos introduzidos após esta data, Joaquim Nabuco, *Um Estadista do Império* (1897-1899), Topbooks, Rio de Janeiro, 1997, 2 vols., v. 1, p. 229, n. 6

[4]. Beatriz G. Mamigonian, comunicação no seminário do Centre d’Études du Brésil et de l’Atlantique Sud, Université de Paris IV Sorbonne, 21/11/2006; D.Eltis, *Economic Growth and the Ending of the Transatlantic Slave Trade*, Oxford University Press, Oxford, U.K. 1989, appendix A, pp. 234-244.

[5]. Joaquim Nabuco, *O Abolicionismo* (1883), ed. Vozes, Petrópolis, R.J., 1977, pp 115-120, 189. Quinze anos depois, confirmando a importância primordial do tráfico de africanos -, e da na reprodução desterritorializada da produção escravista -, Nabuco afirma que foi mais fácil abolir a escravidão em 1888, do que fazer cumprir a lei de 1831, id., *Um Estadista do Império* (1897-1899), Rio de Janeiro, Topbooks, 1997, 2 vols., v. 1, p. 228.

[6]. L.F. de Alencastro, “A desmemória e o recalque do crime na política brasileira”, in Adauto Novaes, *O Esquecimento da Política*, Agir Editora, Rio de Janeiro, 2007, pp. 321-334.

[7]. Luiz Felipe de Alencastro, “Proletários e Escravos: imigrantes portugueses e cativos africanos no Rio de Janeiro 1850-1870”, in *Novos Estudos Cebrap*, n. 21, 1988, pp. 30-56;

[8]. Elza Berquó e L.F. de Alencastro, “A Emergência do Voto Negro”, *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, nº33, 1992, pp.77-88.

[9]. O censo de 1980 mostrava que o índice de indivíduos maiores de cinco anos “sem instrução ou com menos de 1 ano de instrução” era de 47,3% entre os pretos, 47,6% entre os pardos e 25,1% entre os brancos. A desproporção reduziu-se em seguida, mas não tem se modificado nos últimos 20 anos. Segundo as PNADs, em 1992, verificava-se que na população maior de 15 anos, os brancos analfabetos representavam 4,0% e os negros 6,1%, em 2008 as taxas eram, respectivamente de 6,5% e 8,3%. O aumento das taxas de analfabetos provém, em boa parte, do fato que a partir de 2004, as PNADs passa a incorporar a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. Dados extraídos das tabelas do IPEA.

[10]. Dados fornecidos pelo pesquisador do IPEA, Mario Lisboa Theodoro, que também participa desta Audiência Pública.

Direito Autoral *em debate*

Revisão da lei coloca na pauta a necessidade de novos modelos de gestão da propriedade intelectual

Por Claudio Yida



Desde 2005, o Ministério da Cultura vem mobilizando o setor de produções culturais do Brasil em torno de um debate polêmico e muito complexo. Ao convocar a I Conferência Nacional de Cultura, o governo federal sinalizou a necessidade de revisar a legislação dos direitos autorais, datada de 1998 e recheada de interpretações dúbias. Por conta dos avanços tecnológicos, a forma de disseminação de informações revolucionou as relações do mercado cultural em nível mundial. Ficou claro, porém, que um dos lados não conseguiu se adaptar às transformações da realidade e a indústria passou a tratar seus consumidores como adversários.

Ainda na tentativa de amenizar o clima de guerra e estabelecer novas diretrizes, o Minc promoveu em março de 2010 outra rodada de debates na segunda edição da Conferência, dessa vez com mais que o dobro de participações em relação à primeira. Absorvendo diversas sugestões de atualização para a lei nº 9610/98, as conversas convergem para a elaboração do texto final de um Projeto de Lei amplo. Membro da União Brasileira de Escritores e

Professor Doutor de Direito Penal da USP, Victor Gabriel Rodríguez faz um esboço do que a nova legislação deveria abranger: “A natureza da oposição entre empresas e consumidores é de todo econômica. Por isso, nem sempre a lei faz chegar a um consenso. O que a nova legislação pode fazer é definir melhor o que deve ser considerado pirataria, tendo em conta a internet, a convergência digital e a facilidade de cópias pelas diversas mídias.”

De fato, as últimas resoluções apresentaram um teor conciliador. Da II Conferência Nacional, saíram 32 propostas prioritárias, entre as quais vale destacar a que sugere “criar dispositivos de atualização da lei de direitos autorais em consonância com os novos modos de fruição e produção cultural que surgiram a partir das novas tecnologias, garantindo o livre acesso a bens culturais compartilhados sem fins econômicos desde que não cause prejuízos ao(s) titular(es) da obra, facilitando o uso de licenças livres e a produção colaborativa”. De acordo com Rafael Pereira Oliveira, Coordenador-Geral de Difusão de Direitos Autorais e Acesso à Cultura do Minc, o

objetivo do órgão é estimular novos formatos de negociação. “Nossa proposta explicita salvaguardas (que já constam do código civil) para proteger autores e artistas de práticas abusivas, dá maior clareza à obrigatoriedade do editor em divulgar a obra e busca corrigir práticas de mercado danosas aos interesses dos autores. O criador deve ser livre para estabelecer relações com a indústria do jeito que bem entender.”

A elaboração de um sistema de arrecadação com regras mais claras parece realmente ser o ponto-chave no debate. O jornalista e empresário Eneas Neto fala da dificuldade que é trabalhar regido por uma lei defasada. Criador do site FiberOnline (www.fiberonline.com.br), um dos primeiros a apostar na idéia de compartilhamento ao oferecer espaço de divulgação a novos artistas, Eneas afirma que “tentar achar um consenso entre o que é cópia, uso não-autorizado e criatividade é um embate sem fim. Com a internet, o acesso à informação e, por consequência, a um farto acervo digital promoveram um verdadeiro caos para quem estava estabelecido sob regras rígidas que as leis de direito autoral imprimem há décadas.”

Outro ponto que merece bastante atenção é a influência da lei de direitos autorais na Educação. A alta demanda por livros nos cursos universitários e as dificuldades de acesso às obras norteia as discussões acerca do artigo 46, parágrafo II, um trecho verdadeiramente obscuro da atual legislação. Consta que “não constitui ofensa aos direitos



autorais: a reprodução, em um só exemplar de pequenos trechos, para uso privado do copista, desde que feita por este, sem intuito de lucro”, e aí temos a dificuldade em estabelecer o que seria um “pequeno trecho” e quem seria o “copista”.

Um estudo do Gpopai (Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas para o Acesso à Informação) da USP quantifica melhor esse problema. O curso de Obstetrícia da universidade, por exemplo, gera um gasto de R\$5.810,46 com livros por ano. Ao mesmo tempo, 40,5% dessas obras não são mais encontradas no mercado. O Gpopai levantou outro dado alarmante. Cada tese de dissertação da USP recebe um investimento público de cerca de R\$155 mil, contrapostos a apenas R\$17 mil da verba privada. Curiosamente, muitos desses trabalhos, depois de publicados, ficam sob o controle de editoras e, portanto, indisponíveis para a comunidade acadêmica.

Tal preocupação atinge em cheio o movimento estudantil. Felipe Redó, diretor de Cultura da União Nacional dos Estudantes (UNE) lembra que “o movimento estudantil e, principalmente, nosso Circuito Universitário de Cultura e Arte (CUCA) têm responsabilidades ainda maiores nesse cenário, pois é na universidade onde se produz boa parte do conhecimento. As pesquisas, bem como o uso das xerox para fins de estudo - portanto não-comercial -, devem estar à disposição para o acesso ao conhecimento.” De acordo com Redó, a UNE manterá uma postura bastante incisiva durante a consulta pública do Minc. “Iremos contribuir

ativamente com campanhas nas universidades, oficinas, até ato-show com bandas que têm buscado novos meios de circular sua produção. como é o caso da MPB - Música para Baixar.”

Seja na música, na produção literária ou em qualquer outro segmento cultural, é quase unanimidade que a nova regulação deve levar em conta uma maior participação, tanto da população em geral quanto da categoria específica. Segundo Victor Rodríguez, “o caminho deveria ser a descentralização da interpretação da norma, antes de se chegar ao Poder Judiciário. Uma comissão formada por representantes dos diversos setores da sociedade poderia indicar o que é ou não considerado abuso dos direitos relativos à propriedade intelectual.” Já Eneas Neto ressalta o formato de apresentação como uma maneira de se adaptar à realidade. “O importante é se diferenciar. Não dá para voltar atrás, hoje o download gratuito é a melhor forma de distribuição. Não deve mais ser encarado como receita para gravadoras e artistas.”

A boa notícia é que o Ministério da Cultura se mostra realmente disposto em direcionar os debates da nova regulação levando em conta a função social dos direitos autorais. Segundo Rafael Pereira, “os que defendem ferrenhamente o direito autoral como um simples direito privado muitas vezes esquecem que isso também serve ao enriquecimento do patrimônio cultural, estimulando a criação, difusão e fruição da nossa produção em toda a sua diversidade.”

O desafio de uma política cultural democrática

Fotos: Pedro França e Charles Damasceno



Por Felipe Maia*

O Brasil é um país culturalmente diverso, tanto pela extensão de seu território, que compreende ecossistemas variados quanto pela multiplicidade de matrizes culturais presentes em sua formação. Assim não é exagerado dizer que o processo formativo da cultura brasileira ainda está em curso, e que sua marca é e deve continuar sendo a diferença e não a homogeneidade, o que está explícito na variedade de manifestações artísticas, no conjunto de ritmos, imagens e representações que compõem um verdadeiro caleidoscópio das expressões culturais brasileiras. A beleza deste processo é que sendo diverso ele é compreendido por seus participantes como um processo único, onde o particular enriquece essa criativa totalidade chamada de povo brasileiro.

Em sua trajetória, as políticas

culturais no Brasil tiveram dificuldades em lidar com essa dialética, em geral fazendo da ação pública um instrumento de forja a partir de cima de uma identidade mais ou menos homogênea. O regional e o particular têm aí lugar apenas como folclórico, como excêntrico, enquanto que a identidade nacional é marcada por uma imagem construída, mais do que revelada. A diferença nunca pode ser incorporada plenamente, sempre ficando alguém de fora, invisível no processo de formação identitária. A política oficial assim se afastou da vida popular, onde a capacidade de incorporação se constituiu como uma marca brasileira, acostumada a receber influxos culturais de imigrantes de variadas partes do mundo, e mesmo experimentando uma vasta mobilidade no próprio

território brasileiro, das quais a “ocupação” da Amazônia e a migração nordestina para São Paulo são apenas os exemplos mais grandiosos.

A resposta à política cultural que marcou a formação do estado nacional no século vinte, sobretudo a de Vargas e a de Geisel, tampouco pôde alcançar um bom termo. Por um lado deu-se vazão a um pensamento que buscava negar a formação de um povo brasileiro, enxergando nesta diversidade um emaranhado caótico de identidades e formações culturais essencialmente distintas. Negando a idéia de um processo histórico mais amplo, ou vendo nele apenas a marca da opressão e da dominação das culturas subalternas, já não mais faria sentido falar em cultura brasileira.

Outra linha de pressão que se

colocou sobre as antigas políticas culturais foi a da submissão do estado aos desígnios e práticas do mercado. Identificando a ação pública no campo da cultura ao controle estatal, o modelo neoliberal adotado nos governos de Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso deixou as forças econômicas do mercado cultural como atores exclusivos da política cultural. Nesse modelo a política pública perde qualquer conteúdo próprio e passa a pautar-se pelos critérios de desempenho e visibilidade das marcas, próprios da racionalidade do mercado, que todavia, não dispensou aqui os incentivos e o acesso aos recursos do estado, como se vê nas leis de incentivo fiscal ao patrocínio cultural.

A recém realizada II Conferência Nacional de Cultura procura uma resposta de novo tipo a esse conjunto de preocupações. Com um documento base fortemente marcado pelas formulações de defesa da diversidade cultural, presente nas convenções internacionais da ONU e da Unesco, busca-se não perder de vista os elementos de unidade do processo formativo da cultura brasileira. Ao incentivar a participação de uma diversificada representação da sociedade civil, combinando a representação no nível territorial (através de estados e municípios) com a setorial (por linguagens artísticas), chega-se ao fim a um mosaico, que revela melhor as características particulares desse todo. Nesse espaço é possível aos grupos historicamente subalternos conquistar visibilidade e lutar pelo reconhecimento de seus valores e sua importância no conjunto.

Sendo assim, o valor cultural da Conferência é de longe sua marca mais valiosa. Com ela vem a ideia de que construir um espaço público aberto à participação das diversas expressões da sociedade

é uma tarefa essencial. Ao mesmo tempo, a Conferência traz à tona um conjunto de questões que dizem respeito à construção de uma política pública para a cultura afinada com esses movimentos. Partindo de um documento-base debatido em suas várias etapas preparatórias, os participantes aprovaram um conjunto amplo de resoluções, cujo destaque vai para as 32 estratégias consideradas prioritárias e para um caderno com orientações para a constituição de políticas setoriais para as diversas linguagens artísticas (como o audiovisual, as artes e o patrimônio histórico, entre outras).

Essas estratégias apontam em seu conjunto para um desafio principal, a afirmação da cultura como uma política pública em seu sentido mais elevado, ou seja, um conjunto de princípios e ações que estejam protegidos da instabilidade governamental. Assim, a constituição de uma política pública extrapola os programas de um governo, a alocação momentânea de recursos orçamentários, a contratação temporária de pessoal qualificado. Deve-se mais do que isso buscar garantir a estabilidade das fontes de recursos, como na proposição de constitucionalização de um piso para os recursos públicos da cultura, a transformação dos principais programas em legislação e a realização de concursos para preenchimento dos quadros das instituições responsáveis pela política cultural. É neste sentido que se pode articular um sistema nacional de cultura, que progressivamente encontre também nos estados e municípios instituições capazes de dar capilaridade a essa malha do poder público.

Outro ponto que merece destaque na agenda da Conferência diz respeito à democratização das comunicações e da produção

audiovisual em todo o país. Cresce a consciência de que cada vez mais a produção de imagens é uma variável estratégica da política cultural e da promoção da democracia. Como se sabe, as transformações tecnológicas têm permitido que a difusão de produtos audiovisuais ganhe velocidade e ocupe espaços antes inexistentes. Há telas em quase todo lugar, nos computadores, nos telefones celulares, nos meios de transportes, embora os espaços qualificados, como os cinemas ainda sejam restritos. A televisão, apesar de relativamente perder espaço, continua sendo o veículo de entretenimento e acesso à cultura mais difundido em todo o país.

A Conferência Nacional e a Pré-conferência setorial do audiovisual aprovaram um conjunto de propostas que visam dar conta desse desafio, postulando, essencialmente, a realização do plano nacional de banda larga, que possibilite a extensão em todo o território das redes de acesso à internet; o fortalecimento das redes de TV públicas, com participação da sociedade; e a abertura de espaços qualificados para a produção audiovisual brasileira nas TVs paga e por assinatura, induzindo a ampliação do mercado audiovisual brasileiro. A democratização da produção audiovisual liga-se então a uma dimensão cidadã da cultura, ou seja, a garantia de pluralidade de representações e do acesso à informação.

A preocupação de compreender a importância econômica da cultura esteve presente em diversos debates. Opor-se à determinação das políticas culturais pelos critérios típicos da racionalidade do mercado não significa desconsiderar a dimensão econômica da cultura, que há muito revela-se um setor dinâmico e capaz de gerar recursos. Aqui o desafio da política pública deve ser

desconcentrar as oportunidades e alargar o mercado, historicamente restrito a pequenos nichos ou voltado apenas aos consumidores de alta renda. É preciso então ampliar a oferta de bens culturais e de espaços qualificados para fruição, incorporando um número maior de pessoas. São fundamentais então as construções de políticas transversais, como os arranjos produtivos locais, que facilitam o acesso a crédito para cooperativas de pequenos produtores. Também têm destaque a pesquisa e a produção de indicadores que ajudem a conhecer mais e melhor a economia da cultura. Ao lado dessas propostas, deve-se também buscar estimular o investimento privado na cultura, que em larga medida, continua acomodado pelas malhas tecidas nos longos anos de aplicação das leis de incentivo fiscal, às vezes com pouca regulação pública.

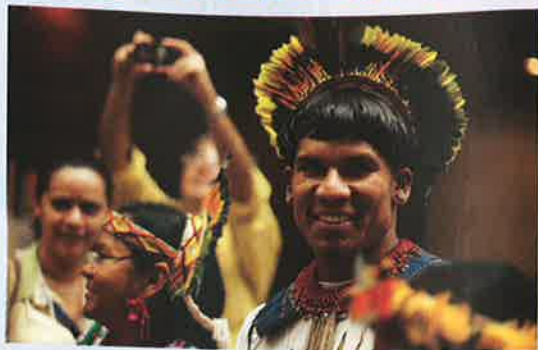
Como se vê, esse conjunto, que é apenas uma amostra do mosaico rico e diverso de propostas e agentes culturais que participaram da Conferência de Cultura, aponta para uma clara emergência do poder público como elemento decisivo na constituição da política cultural no próximo período. A visão que predominou no período de hegemonia neoliberal, que retirava o estado e conferia primazia aos agentes de mercado, com sua bagagem de critérios e ampla autonomia para decisão e gestão de recursos, alguns inclusive de origem pública, parece afastada. Em seu lugar surge a demanda de uma regulação com base em instituições públicas e no fortalecimento do estado.

Faz-se necessário então uma última reflexão, que diz respeito aos riscos e problemas que este novo processo engendra. Ao trazer novamente o estado e suas instituições ao centro da política cultural o problema da

democratização do estado ganha uma relevância ampliada. Não se pode trocar o mercado como regulador das políticas culturais pelo estado sem um exame crítico dos riscos da intervenção estatal e sem a formatação de uma visão democrática do “público”. A experiência brasileira é pródiga em exemplos de construções “por cima” das políticas públicas, de autonomização das burocracias estatais, de apartamento das instituições dos interesses da maioria da população brasileira. O fortalecimento do espaço público não pode nesse cenário levar a mais centralização. É preciso que esse movimento seja submetido a uma lógica capaz de consagrar direitos às populações que não o têm, e ao mesmo tempo de estabelecer controles sociais efetivos sobre as políticas públicas, primando por participação, transparência, impessoalidade e pela estabilidade das normas. A autonomia dos movimentos sociais, dos artistas, dos empresários (especialmente dos pequenos) que atuam na cultura, será uma variável decisiva para que a sociedade possa assumir seu desejável protagonismo.

Assim, num momento em que o estado se fortalece, urge democratizar o estado, algo que só poderá ser realizado por uma sociedade que encontre nos seus movimentos, nos seus atores, uma representação viva e ativa de uma concepção democrática do “público”, atenta à pluralidade das representações sociais, às demandas por direitos e reconhecimento provenientes da vida popular. Oxalá as Conferências de Cultura se tornem uma constante e possam ser elementos importantes na construção desta nova dinâmica.

****Ex presidente da UNE e representante da ANCINE na Comissão Organizadora da II Conferência Nacional de Cultura***



Campanha vitoriosa, uma jornada memorável!

Fotos: Vitor Volger e Marcos Luiz



Jornada da UNE pelos 50% do fundo do Pré-Sal para a Educação ocupou as ruas do Brasil

A Jornada de Lutas 2010 teve como pauta central os recursos do Pré-sal, determinantes para o futuro da educação brasileira. O financiamento da educação pública é considerado um entrave para o desenvolvimento de uma verdadeira reforma educacional em nosso país.

Por Sandra Cruz

Mais uma vez, a jornada de lutas do movimento estudantil entra para a história. De 23 a 26 de março de 2010 milhares de estudantes tomaram as ruas e avenidas das principais capitais e cidades do país para reivindicar assuntos que afetam diretamente o estudante brasileiro – como transporte, assistência estudantil e financiamento da educação. Mas, além disso, a Jornada de Lutas de 2010 fica marcada por trazer à tona uma pauta que é de toda a sociedade, não só do movimento estudantil: a discussão sobre o que deve ser feito com as riquezas provenientes da exploração do petróleo da camada pré-sal.

As entidades estudantis União Brasileira dos Estudantes (UBES), Associação Nacional dos Pós-Graduandos (ANPG) e a União Nacional dos Estudantes (UNE) decidiram tomar para si essa importante tarefa: lutar para que os recursos sejam revertidos aos brasileiros. Para isso, já disse Augusto Chagas, presidente da UNE,

“não há melhor destino do que a Educação”.

A campanha lançada no segundo semestre do ano passado ganhou força na voz dos estudantes nesta Jornada de Lutas, e mais, conquistou apoio da população, de políticos e parlamentares que compreenderam o apelo da juventude: que 50% dos recursos do Fundo do Pré-Sal sejam aplicados na Educação. “O Brasil todo foi mobilizado. Mostramos a ampla capilaridade do movimento estudantil, que está disposto a lutar pelos recursos do fundo do pré-sal para a Educação”, afirmou Chagas. E essa luta tem objetivo claro. “Investir o dinheiro do pré-sal em educação significa reafirmar o ensino como item indispensável para a construção de um Brasil do presente e do futuro”, reforçou o vice-presidente Tiago Ventura.

Há quem diga que as manifestações que chamaram a atenção da sociedade em março representam a retomada do protagonismo das entidades

estudantis. “Essa Jornada movimentou milhares de jovens, de Norte a Sul desse Brasil. A UNE e a UBES voltam a ser vanguarda na sociedade, como já aconteceu na época da campanha ‘o petróleo é nosso’”, lembrou Luis Felipe Maciel, diretor jurídico da UNE, estudante de Pernambuco. A terra natal dele, aliás, junto com o Rio de Janeiro, deu a largada nas passeatas e atos do ME.

Rio de Janeiro: entidades em casa

Sob muita expectativa, a Jornada de Lutas começou na manhã da terça-feira, 23, na capital fluminense, o berço das entidades e um estado no qual o movimento estudantil tem tradição. Os estudantes saíram da Candelária, passando pela Cinelândia rumo à Câmara dos Vereadores. No caminho deram um recado em frente à Secretaria da Educação. “Deixamos claro para a secretária [Tereza Porto] que a ‘coleira eletrônica’ não pode restringir o acesso dos estudantes ao passe-livre. No ato final, diante da Câmara, quisemos lembrar ao prefeito Eduardo Paes que promessa é dívida!”, declarou Flávia Calé, presidente da União dos Estudantes do Rio de Janeiro (UEE-RJ). A UEE cobrou e exigirá a aprovação da meia-passagem aos universitários, um compromisso firmado durante a campanha de Paes.

Como planejado, o debate central da Jornada Nacional de Lutas também estava lá, em faixas, cartazes e nos gritos dos estudantes: 50% do pré-sal para a educação! “Foi muito significativo dar a largada no Rio. O estado tem protagonizado a disputa acerca da distribuição dos royalties do óleo. Ainda, de maneira mais consistente, deixamos claro na Câmara dos Vereadores que continuaremos a batalhar pelo que foi prometido em campanha”, declarou Augusto Chagas.

Pernambuco: no embalo do frevo

A chuva não afugentou cerca de 2 mil jovens participantes da Jornada de Lutas em Pernambuco. Em meio ao som de um trio elétrico, eles saíram do centro antigo do Recife seguindo em direção ao Palácio das Princesas, sede do governo do estado. Lá foram recebidos pelo governador Eduardo Campos, a quem foi entregue uma pauta de reivindicações.

“O ato foi em prol da nova lei do petróleo, pela divisão justa dos royalties da exploração sem prejuízo para os estados produtores. Reivindicamos do governo pernambucano a criação de um fundo de desenvolvimento econômico e social, que possa administrar os recursos vindos do pré-sal, visando prioritariamente a Educação”, explicou Virgínia Barros, presidente da União dos Estudantes de Pernambuco (UEP). Para a estudante, a Jornada de Lutas é responsável ainda por elevar o nível de consciência da juventude.

Yann Evanovick, presidente da UBES, participou do ato em Recife e ressaltou: o foco nesta capital não foi nenhuma questão regional, visto que a pauta mais candente acabava de ser conquistada: a gratuidade na Universidade de Pernambuco (UPE), instituição estadual de ensino superior. Para Yann, trata-se de uma “demonstração real de que a bandeira do pré-sal para a educação mobiliza”.

Brasília: a bandeira do pré-sal é agora nacional!

“A Jornada de Lutas acontece no melhor momento, quando as discussões sobre o pré-sal estão no Senado Federal. Conseguimos chamar a atenção dos parlamentares para a causa e protocolar a nossa Cartilha, que justifica o pleito”, declarou Augusto Chagas,

presidente da UNE, após a vitoriosa manifestação que repercutiu nos principais veículos de imprensa, em jornais, rádios e TVs.

Na quarta-feira, 24, cerca de 6 mil pessoas movimentaram a Esplanada dos Ministérios, surpreendendo os presidentes do Senado e da Câmara justamente quando recepcionavam os reis da Suécia, Carlos Gustavo XVI e Sílvia Renate. No protesto irreverente, com direito a mergulho no espelho d’água, os estudantes em frente ao Congresso entoavam também gritos de ordem contra o ex-governador José Roberto Arruda, cujo barulho invadia o Salão Nobre. Questionados pelo casal real, os parlamentares responderam que a manifestação era “uma expressão da democracia brasileira”, e explicaram a defesa do pré-sal. Agora, até na Suécia, é sabido que estudantes brasileiros querem que recursos do pré-sal sejam investidos na Educação.

MG: meio-passe já, só falta BH!

Além da luta pelos 50% do pré-sal para a educação, uma reivindicação histórica se destacou nas manifestações da capital mineira: o direito dos estudantes à meia-passagem nos transportes públicos. Cerca de 2500 pessoas, entre secundaristas e universitários, saíram pelas ruas do centro da cidade até a porta da prefeitura com faixas e cartazes defendendo o benefício. Uma frente parlamentar de apoio à causa foi lançada durante a passeata, contando com vereadores de diversas legendas. Belo Horizonte é a única capital que não possui nenhuma política de subsídio em transportes, por isso os estudantes bradaram: “Chegou a hora, BH, do jeito que tá não pode ficar!”.

Para Sandino Patriota, 1º vice-presidente da UNE, a jornada

de lutas desempenhou um papel importantíssimo esse ano, “principalmente em Belo Horizonte, com o rechaço dos estudantes à proposta limitada da prefeitura em relação ao meio-passe”

Goiás: arrastando a massa

Em Goiânia, estudantes percorreram as ruas da cidade desde as primeiras horas da manhã da quarta-feira, 24, engrossando a passeata quando passavam pelas escolas. A mobilização organizada pela União Goiana dos Estudantes Secundaristas (UGES) e pela UBES reuniu cerca de 3 mil pessoas, que pediam mais verbas e qualidade para a Educação.

Porto Alegre: a juventude na disputa

Na quarta-feira, 24 de março, foi a vez dos estudantes da capital riograndense saírem às ruas em defesa do pré-sal como uma riqueza do povo brasileiro. A passeata, que partiu do Instituto de Educação Flores da Cunha, da Escola Estadual Julio de Castilhos e da Universidade Estadual do Rio Grande Sul, foi marcada pela irreverência e disposição dos estudantes que durante todo o percurso, até o

Palácio Piratini, entoaram palavras de ordem favoráveis às mudanças no marco regulatório do petróleo, com distribuição dos royalties a todos estados, e a aplicação dos recursos oriundos da camada de petróleo em áreas como educação, inovação tecnológica e meio ambiente. “Essa reivindicação é fruto do novo momento pelo qual passa o Brasil e é muito importante que a juventude participe dessa disputa de opinião”, afirmou Eriane Pacheco, vice-presidente da UNE no Rio Grande do Sul.

Amazonas: pré-sal e passe-livre na pauta

O Movimento Estudantil amazonense levou à bandeira do pré-sal para a educação, mas sem deixar de lado as pautas locais. “Contribuímos com a luta nacional, e reafirmamos nossa posição sobre o problema que mais tem afetado a população de Manaus, que é o transporte público. Essa jornada é apenas uma de tantas manifestações que iremos realizar até que o povo consiga avanços concretos”, afirmou a presidente da UEE-AM, Maria das Neves.

“O surgimento do pré-sal coloca o país num novo cenário da geopolítica mundial. Nacionalmente propomos que a metade desses recursos devem ser investidos na educação. E no Amazonas apontamos que isso tem que se iniciar pela viabilização do passe livre”, esclareceu André Marsílio, vice AM/RR da UNE, apontando que há anos o transporte público é precário e não recebe investimentos.

São Paulo: alunos e professores pela Educação

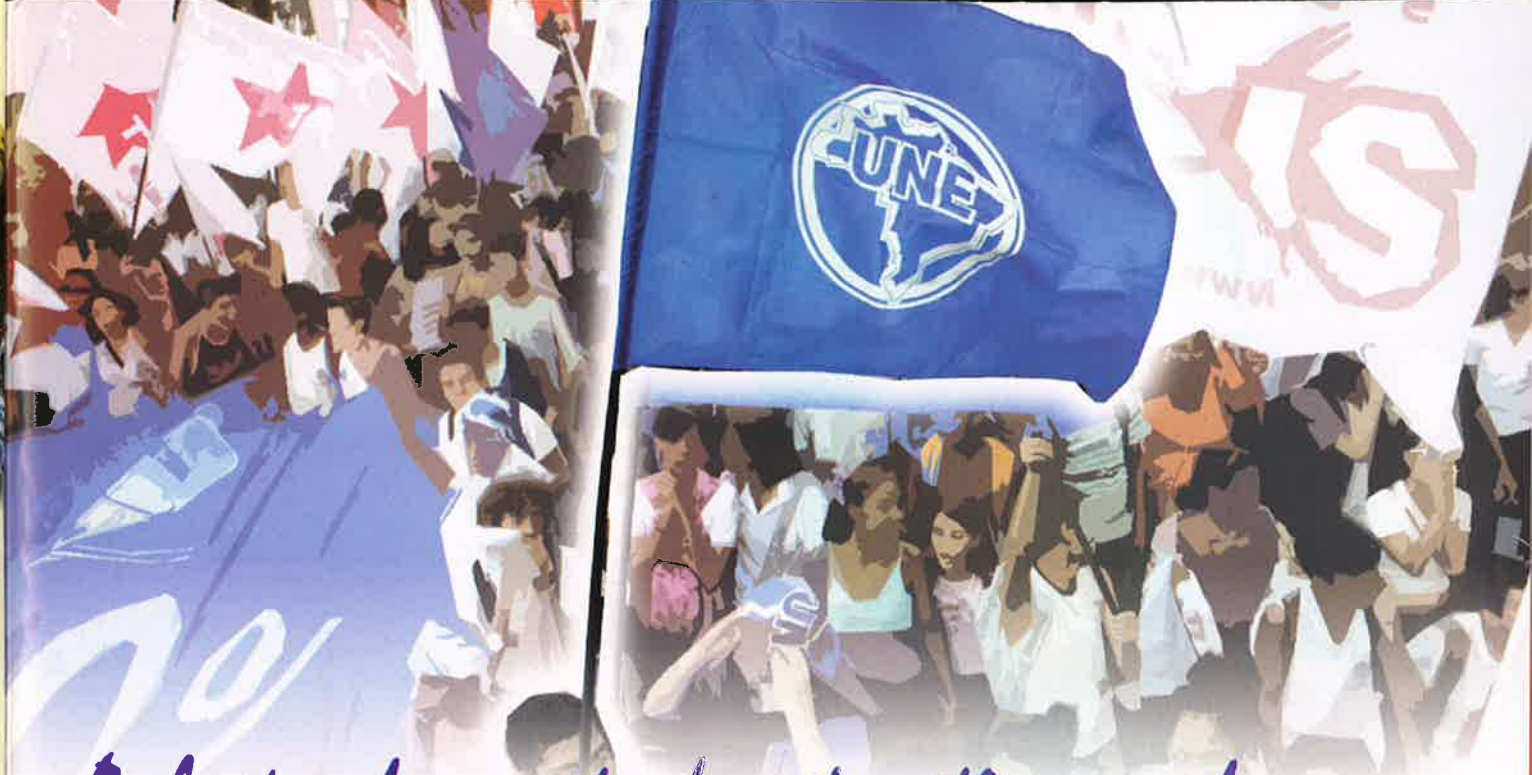
Na manhã da sexta-feira, 26, como parte da Jornada, o movimento estudantil paulista

promoveu uma audiência pública na Assembleia Legislativa de São Paulo (ALESP) em busca de apoio para a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional nº. 09/2009, em trâmite na Casa. O projeto apresentado pelo deputado Pedro Bigardi, a pedido da UEE-SP, cria um fundo estadual com recursos vindos dos royalties de São Paulo na exploração. E determina que 50% do montante sejam destinados à Educação, Meio Ambiente e Desenvolvimento de Ciência e Tecnologia no estado. Parlamentares, dirigentes da União Estadual dos Estudantes (UEE-SP), da União Paulista de Estudantes Secundaristas (UPES), os presidentes da UNE e da UBES se uniram às centenas de secundaristas que lotaram o auditório onde ocorreu o evento.

Mas foi mesmo junto com professores da rede estadual de ensino que a massa estudantil participou durante a tarde de ato que encerrou a vitoriosa Jornada de Lutas 2010. Da ALESP, secundaristas e universitários seguiram rumo ao Palácio dos Bandeirantes para manifestação com o Sindicato dos Professores de São Paulo (APEOESP). Os alunos se mobilizaram na luta dos professores por melhores condições de trabalho e reajuste justo dos salários da categoria.

* Esta edição elenca mobilizações das principais capitais do país, mas fica o registro de que houve importantes manifestações também em inúmeras cidades brasileiras, onde os estudantes foram às ruas





A luta dos estudantes têm endereço
WWW.UNE.ORG.BR



III Conferência
Nacional do
Esporte

**AJUDE O BRASIL
A FAZER BONITO
NO ESPORTE.**

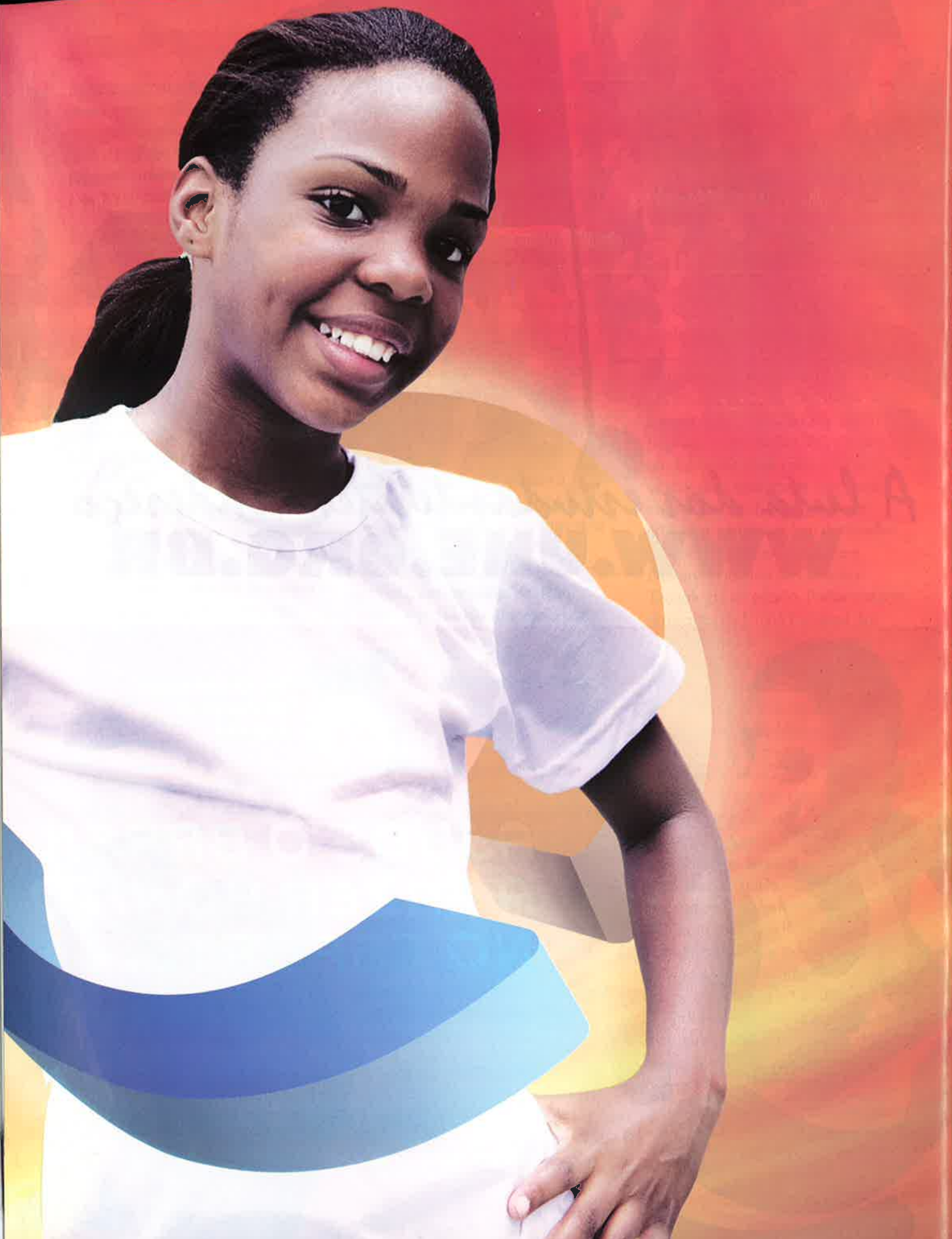
ACOMPANHE TODAS AS ETAPAS DOS DEBATES SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER, E SE HABILITE PARA PARTICIPAR DA III CONFERÊNCIA NACIONAL DO ESPORTE.

SUA PRESENÇA ENGRANDECE A DISCUSSÃO E CONTRIBUI COM O DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE BRASILEIRO.

CONFIRA AS DATAS NA PÁGINA SEGUINTE.

Ministério
do Esporte

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL





**III Conferência
Nacional do
Esporte**

POR UM TIME CHAMADO BRASIL

PRAZO FINAL DE REALIZAÇÃO DAS ETAPAS

ETAPAS LIVRES	ATÉ 05 DE MAIO
ETAPAS PREPARATÓRIAS	ATÉ 11 DE ABRIL
ETAPAS MUNICIPAIS E/OU REGIONAIS	ATÉ 11 DE ABRIL
ETAPAS ESTADUAIS	ATÉ 05 DE MAIO

CADASTRE SUA ETAPA NO SITE DA
III CONFERÊNCIA NACIONAL DO ESPORTE.
WWW.ESPORTE.GOV.BR/CONFERENCIANACIONAL

Ministério
do Esporte





**União Nacional
dos Estudantes**